

TRIBUNAL  
DE CONTAS  
DE SANTA  
CATARINA

## PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO EXERCÍCIO DE 2014



### Município de Ipuçu

**Data de Fundação** – 09/01/1992

**População:** 7.193 habitantes (IBGE - 2013)

**PIB:** 70,15 (em milhões)  
(IBGE - 2012)



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	4
1.1. MANIFESTAÇÃO DO PREFEITO MUNICIPAL .....	5
1.2. RESTRIÇÕES APURADAS NA ANÁLISE PRELIMINAR (RELATÓRIO Nº 2285/2015) .....	6
2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO .....	14
3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA .....	15
3.1. Apuração do resultado orçamentário .....	16
3.2. Análise do resultado orçamentário .....	17
3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias .....	18
4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA .....	25
4.1. Situação Patrimonial .....	25
4.2. Análise do resultado financeiro .....	26
4.2.1. Análise do resultado financeiro por especificação de fontes de recursos .....	27
4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira .....	29
5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES .....	32
5.1. Saúde .....	32
5.2. Ensino .....	34
5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências .....	34
5.2.2. FUNDEB .....	36
5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF) .....	39
5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município .....	39
5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo .....	40
5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo .....	41
6. CONSELHOS MUNICIPAIS .....	43
6.1. Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACS – FUNDEB) .....	43
6.2. Conselho Municipal de Saúde (CMS) .....	45
6.3. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente .....	48
6.3.1. Do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA .....	49
6.4. Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) .....	51

---

6.5. Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE) .....	51
6.6. Conselho Municipal do Idoso (ou da Pessoa Idosa ou dos Direitos da Pessoa Idosa) .....	53
7. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR N° 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL N° 7.185/2010 .....	53
8. RESTRIÇÕES APURADAS .....	57
9. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2014 .....	59
CONCLUSÃO .....	60
ANEXO .....	62
APÊNDICE .....	63

<b>PROCESSO</b>	<b>PCP 15/00198665</b>
<b>UNIDADE</b>	Município de <b>Ipuaçu</b>
<b>RESPONSÁVEL</b>	Sr. Denilso Casal - Prefeito Municipal
<b>ASSUNTO</b>	Prestação de Contas do Prefeito referente ao ano de 2014 - Reinstrução
<b>RELATÓRIO N°</b>	3.670/2015

## INTRODUÇÃO

O Tribunal de Contas de Santa Catarina, no uso de suas competências para a efetivação do controle externo consoante disposto no artigo 31, § 1º, da Constituição Federal e dando cumprimento às atribuições assentes nos artigos 113 da Constituição Estadual e 50 e 54 da Lei Complementar nº 202/2000, procedeu ao exame das Contas apresentadas pelo Município de Ipuaçu, relativas ao exercício de 2014.

O presente Relatório abrange a análise do Balanço Anual do exercício financeiro de 2014 e as informações dos registros contábeis e de execução orçamentária enviadas por meio eletrônico, buscando evidenciar os resultados alcançados pela Administração Municipal, em atendimento às disposições dos artigos 20 a 26 da Resolução nº TC-16/94, alterada pela Resolução nº TC-77/2013, e artigo 22 da Instrução Normativa nº TC-02/2001, bem como o artigo 3º, I da Instrução Normativa nº TC-04/2004.

A referida análise deu-se basicamente na situação Patrimonial, Financeira e na Execução Orçamentária do Município, não envolvendo o exame de legalidade e legitimidade dos atos de gestão, o resultado de eventuais auditorias oriundas de denúncias, representações e outras, que devem integrar processos específicos, a serem submetidos à apreciação deste Tribunal de Contas.

No que tange a análise da situação Patrimonial e Financeira foram abordados aspectos sobre a composição do Balanço, apuração do resultado financeiro e de quocientes patrimoniais e financeiros para auxiliar a análise dos resultados ao longo dos últimos cinco exercícios.

Registre-se que a média regional indicada no presente relatório corresponde à respectiva Associação de Municípios que abrange Ipuaçu, sendo que as médias do exercício em análise foram geradas em 16/10/2015 conforme

base de dados constituída a partir das informações bimestrais encaminhadas pelos municípios através do Sistema e-Sfinge e as médias dos exercícios anteriores a partir dos dados analisados, julgados ou apreciados por este Tribunal.

Com referência a análise da Gestão Orçamentária tomou-se por base os instrumentos legais do processo orçamentário, a execução do orçamento de forma consolidada a apuração e a evolução do resultado orçamentário, atentando-se para o cumprimento dos limites constitucionais e legais estabelecidos no ordenamento jurídico vigente.

## 1.1. MANIFESTAÇÃO DO PREFEITO MUNICIPAL

Procedido o exame das contas do exercício de 2014 do Município, foi emitido o Relatório nº **2.285/2015**, integrante do Processo **PCP 15/00198665**.

Referido Processo foi tramitado ao Exmo. Conselheiro Relator, que decidiu devolver à DMU para que esta encaminhasse ao Responsável à época, Sr. Denilso Casal - Prefeito Municipal, no sentido de manifestar-se sobre as restrições contidas no Relatório nº **2.285/2015**, em observância ao disposto no art. 52 da Lei Complementar nº 202/2000 e art. 57, § 3º do Regimento Interno, o que foi efetuado através do Ofício TCE/DMU nº 13.759/2015, de 03/08/2015.

Conforme solicitação do Exmo. Conselheiro Relator, o Prefeito Municipal, pelo Ofício s/nº, datado de 18/08/2015, apresentou alegações de defesa (assim como remeteu documentos) sobre as restrições contidas no aludido Relatório, estando anexadas às folhas 226 a 236 dos autos.

Assim, retornaram os autos a esta Diretoria para a devida reinstrução.

## 1.2. RESTRIÇÕES APURADAS NA ANÁLISE PRELIMINAR (RELATÓRIO Nº 2285/2015)

### 1.2.1 RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL

#### 1.2.1.1 Déficit de execução orçamentária do Município (Consolidado) da ordem de **R\$ 1.690.730,22**, representando **8,29%** da receita arrecadada do Município no exercício em exame, em desacordo ao artigo 48, “b” da Lei nº 4.320/64 e artigo 1º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), parcialmente absorvido pelo superávit financeiro do exercício anterior - **R\$ 726.845,30** (itens 3.1 e 8.1.1).

(Relatório nº 2285/2015, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

#### **Manifestação da Unidade:**

As justificativas e os documentos encaminhados pela Unidade estão anexados às folhas 227 a 236 dos autos.

#### **Considerações da Análise Técnica:**

Considerando que o Responsável apresentou justificativas de forma conjunta em relação aos itens 1.2.1.1 e 1.2.1.2, deste Relatório, as considerações acerca destes apontados serão apresentadas no presente item.

Em suma, o Responsável afirma que os déficits orçamentário e financeiro encontrados são decorrentes de recursos de convênios que até o encerramento do exercício de 2014 ainda não tinham ingressado nos cofres do Município, e que, no entanto, as respectivas despesas já se encontravam empenhadas, e foram inscritas em restos a pagar não processados.

Alegou-se que do total de empenhos inscritos em restos a pagar não processados, deveria ser descontado o valor de R\$ 1.546.879,48, tendo em vista que esse montante era composto dos seguintes valores:

- R\$ 423.000,00 – Referente a Convênio na fonte “22” firmado com o Governo Federal, do Programa “Caminhos da Escola”, para aquisição de ônibus escolar;

- R\$ 254.963,62 – Referente a Convênio na fonte “22” firmado com o Governo Federal, para construção de quadra coberta; e

- R\$ 898.915,86 – Referente a parcela de financiamento junto

ao BADESC, pendente de transferência financeira.

Informou-se, ainda, que no exercício de 2015, já havia ingressado nos cofres públicos as quantias de R\$ 708.119,64, referente ao financiamento BADESC, e R\$ 127.481,81 relativo ao Convênio de Quadra Coberta.

Muito embora a defesa não tenha apresentado quaisquer documentos que comprovassem as alegações apresentadas, buscou-se em consulta ao Sistema e-Sfinge a identificação dos empenhos que se relacionassem às manifestações do Responsável, restando assim identificados:

Empe- nho	Credor	RP não Processados Valor (R\$)	Descrição
1288	Britter Rodovias Ltda	868.915,86	Pavimentação asfáltica de diversas ruas - Contrato nº 39/2014 operações de crédito BADESC
1290	Marcopolo S.A	423.000,00	Aquisição de 02 ônibus - Termo de Compromisso PAR nº 201400695/2013
1399	Oeste Sul Engenharia e Construtora Ltda Me	253.752,68	Construção de uma quadra coberta - Termo de Compromisso PAC 207699/2013
<b>TOTAL</b>		<b>1.545.668,54</b>	

(fls. 240 a 247 dos autos)

Destaca-se que o valor referente à construção da quadra de esportes coberta diverge em R\$ 1.210,94 do apresentado pela defesa.

De posse destas informações, em consulta ao sítio <http://simec.mec.gov.br/par/carregaTermos.php>, ficou comprovado que o Município de Ipuauçu aderiu aos Termos de Compromisso do Plano de Ações Articuladas – PAR e do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2, conforme fls. 249 a 259.

No entanto, verificou-se que não estão disponíveis as informações acerca da efetivação das liberações destes recursos.

Assim, em consulta ao Sistema e-Sfinge, ficou evidenciado que tais recursos realmente não foram repassados no exercício de 2014. Inclusive, a primeira parcela do Convênio referente à construção da quadra de esportes coberta, no valor de **R\$ 127.481,81**, ingressou nos cofres públicos em 14/05/2015 (fl. 261).

Desta forma, no que se refere à Fonte de Recursos - **FR 22**, faz-se necessária a RESSALVA do registro de despesas no montante de **R\$ 676.752,68**, referente a recursos de Convênios que não ingressaram nos cofres municipais no exercício de 2014.

Já a respeito dos recursos provenientes de financiamento junto ao BADESC, tendo em vista a ausência de consulta externa a essas informações, apenas se verificou o ingresso desses recursos por meio do e-Sfinge. Desta forma, foi possível vislumbrar que em 2014 ingressaram a monta de R\$ 118.550,32, e, em 2015, **R\$ 708.119,64** (fls. 263 a 265 dos autos). Observa-se que este último valor, confere com o alegado pela defesa.

Da análise do razão da conta nº 134717- 9 - B.B. C/ Convênio Badesc, identificou-se que os valores que ingressaram em 2014 foram usados para pagamento da Nota de Empenho nº 1288, e que os ingressos de 2015 foram utilizados para pagamento de restos a pagar. Desta forma, é possível afirmar que procedem as alegações apresentadas pelo Responsável.

Assim, no que se refere à Fonte de Recursos - **FR 83**, faz-se necessária a RESSALVA do registro de despesas no montante de **R\$ 868.915,86**, referente a recursos de Convênios que não ingressaram nos cofres municipais no exercício de 2014.

Diante do exposto, registra-se que o valor de **R\$ 1.545.668,54** (FR 22 - R\$ 676.752,68 e FR 83 - R\$ 868.915,86) decorrente de convênios, foi inscrito em Restos a Pagar no exercício em exame, sendo que os recursos no valor de **R\$ 835.601,45** (FR 22 - R\$ 127.481,81 e FR 83 - R\$ 708.119,64) ingressaram no exercício de 2015.

- 1.2.1.2 Déficit financeiro do Município (Consolidado) da ordem de **R\$ 960.834,76**, resultante do déficit orçamentário ocorrido no exercício em exame, correspondendo a **4,71%** da Receita Arrecadada do Município no exercício em exame (**R\$ 20.400.974,69**), em desacordo ao artigo 48, “b” da Lei nº 4.320/64 e artigo 1º da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF (itens 4.2 e 8.1.2).

(Relatório nº 2285/2015, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

### **Manifestação da Unidade:**

As justificativas e os documentos encaminhados pela Unidade estão anexados às folhas 227 a 236 dos autos.

### **Considerações da Análise Técnica:**

As considerações da presente restrição já foram abordadas no item 1.2.1.2.

Assim, fica mantida a presente restrição, com a RESSALVA do valor de **R\$ 1.545.668,54** (FR 22 - R\$ 676.752,68 e FR 83 - R\$ 868.915,86) decorrente de convênios, que foi inscrito em Restos a Pagar no exercício em exame, sendo que os recursos no valor de **R\$ 835.601,45** (FR 22 - R\$ 127.481,81 e FR 83 - R\$ 708.119,64) ingressaram no exercício de 2015.

- 1.2.1.3 Divergência, no valor de **R\$ 34.789,41**, entre o saldo apresentado na Demonstração da Dívida Flutuante – Anexo 17 (R\$ 2.216.419,57) e o saldo do Passivo Financeiro constante do Balanço Patrimonial – Anexo 14 da Lei nº 4.320/64 (R\$ 2.251.208,98), caracterizando afronta aos artigos 85 e 105 da referida Lei. Registra-se que a divergência é decorrente do saldo anterior do Anexo 17 (Quadro 10 fls. 81 e 88 e item 8.1.3).

(Relatório nº 2285/2015, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

### **Manifestação da Unidade:**

As justificativas e os documentos encaminhados pela Unidade estão anexados às folhas 227 a 236 dos autos.

### **Considerações da Análise Técnica:**

O Responsável afirma que o apontamento lhe causou estranhamento, argumenta que em seus registros os valores da Dívida Flutuante são os mesmos apresentados nos Anexos 14 – Balanço Patrimonial e 17 – Demonstração da Dívida Flutuante. E, na oportunidade, juntou aos autos cópia do Anexo 17 à fl. 236.

No entanto, conforme já evidenciado no apontamento inicial, tal divergência é decorrente do saldo anterior do Anexo 17 (fl. 88).

Tendo em vista que o setor de contabilidade do Município de Ipuauçu não procedeu a transferência do saldo da conta

“Fornecedores do Exercício” para a conta “Fornecedores do Exercício Anterior” na abertura do exercício financeiro de 2014, gerou-se o referido reflexo quando da apuração da Demonstração da Dívida Flutuante.

Ressalta-se que tal procedimento encontra-se previsto no Manual de Orientação para Encerramento do Exercício e Elaboração das Demonstrações Contábeis, disponível no Sistema e-Sfinge captura 2012, na sua página 21, conforme segue:

O registro contábil no sistema financeiro é o reconhecimento da despesa, assim caso não seja paga, os saldos existentes nas contas Fornecedores do Exercício, Precatórios do Exercício, Pessoal a Pagar do Exercício, Benefício a Pagar do Exercício, Termo de Parceria a Pagar do Exercício, Precatórios de OCK a Pagar do Exercício e Cont. Prog. Repasse a Pagar do Exercício, serão considerados inscrições em Restos a Pagar. Todavia, no exercício subsequente os saldos das contas supracitadas devem realizar a transferência para as contas: Fornecedores do Exercício Anterior, Precatórios do Exercício Anterior, Pessoal a Pagar do Exercício Anterior, Benefício a Pagar do Exercício Anterior, Termo de Parceria a Pagar do Exercício Anterior, Precatórios de OCK a Pagar do Exercício Anterior e Cont. Prog. Repasse a Pagar do Exercício Anterior, conforme evento nº 37. (grifou-se).

Desta forma, fica mantido o presente apontamento.

- 1.2.1.4 Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal com os requisitos mínimos necessários, em descumprimento ao estabelecido no artigo 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000 alterada pela Lei Complementar nº 131/2009 c/c o artigo 7º, II do Decreto Federal nº 7.185/2010 (Capítulo 7 e item 8.1.4).

(Relatório nº 2285/2015, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

#### **Manifestação da Unidade:**

As justificativas e os documentos encaminhados pela Unidade

estão anexados às folhas 227 a 236 dos autos.

### **Considerações da Análise Técnica:**

O Responsável alega que devido a problemas técnicos de comunicação dos sistemas informatizados fornecidos pela Empresa Betha Sistemas, não estavam sendo publicados na integralidade os relatórios de execução orçamentária. Informou-se que o problema foi detectado no final do exercício de 2014, e que foi providenciado a correção a partir de então. Na oportunidade foi indicado os links para acesso às informações.

Muito embora o Município tenha procedido a regularização da situação, quando da análise da instrução, tais informações não estavam disponibilizadas.

Dessa forma, tendo em vista que a análise se restringe ao exercício financeiro de 2014, e que na época foi verificado a ausência de disponibilização das informações em questão, mesmo vencido o prazo legal estabelecido, mantém-se a restrição.

- 1.2.1.5 Contabilização indevida de Receitas de Capital como Receitas Correntes, no valor de R\$ 82.200,00 resultando num aumento aparente da Receita Corrente Líquida e conseqüentemente redução no percentual dos gastos de pessoal do período, evidenciando inconsistência dos registros contábeis e ausência de transparência na gestão pública, em desacordo aos artigos 1º, § 1º e 2º, IV da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF e artigos 11 e 85 da Lei federal nº 4.320/64 (fls. 157 a 159 dos autos e itens 3.3 e 8.1.5).

(Relatório nº 2285/2015, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

### **Manifestação da Unidade:**

As justificativas e os documentos encaminhados pela Unidade estão anexados às folhas 227 a 236 dos autos.

### **Considerações da Análise Técnica:**

O Responsável alega que se tratou de Receita de Convênio vinculada à reforma de unidades habitacionais de famílias carentes, e conclui que estes recursos são Receitas Correntes porque não integram o patrimônio do município.

Afirmou-se, ainda, que em virtude de o exercício financeiro

estar encerrado, não haveria meios técnicos nem legais para o ajuste.

Inicialmente, importante ressaltar que o montante apontado é composto pelos seguintes valores:

- NE 21634 - R\$ 2.200,00 – Convênio destinado à aquisição de computadores (fl. 157 dos autos); e
- NE 388 - R\$ 80.000,00 – Convênio referente aquisição de materiais de construção a famílias de baixa renda (fl. 158).

O responsável nada alegou acerca do convênio firmado para a aquisição de computadores. E, procedida a reanálise, não há o que se discutir acerca da classificação indevida de Receitas de Capital como Receitas Correntes, motivo pelo qual fica mantido o apontado acerca deste recurso.

Já sobre o Convênio nº 2014TR001427 (fls. 158 dos autos) firmado entre a SDR Xanxerê e o Município de Ipuauçu, observa-se que o recurso em questão foi classificado orçamentariamente na origem como despesa de capital, nos seguintes termos:

<b>Código</b>	<b>Descrição</b>
4	Despesas de Capital
4	Investimentos
40	Transferências a Municípios
42	Auxílios

Vale ressaltar que o motivo do apontamento inicial referente a este convênio foi a utilização de classificação divergente entre o Órgão Concedente e o ente Conveniente do Acordo firmado.

Nesta oportunidade, diante dos argumentos trazidos pelo Responsável, e da análise do histórico do referido Convênio, verificou-se que procedem os elementos levantados pela defesa. Trata-se de despesa corrente na origem, e de consequente receita corrente no destinatário dos recursos, mas que, no entanto, fora classificado equivocadamente pela SDR Xanxerê.

Importante evidenciar os conceitos de receita e despesa correntes instituídos pela Lei nº 4.320/64:

Art. 11 - A receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital.

§ 1º - São Receitas Correntes as receitas tributária, de

contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.

[...]

Art. 12. A despesa será classificada nas seguintes categorias econômicas:

#### DESPESAS CORRENTES

Despesas de Custeio  
Transferências Correntes

#### DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos  
Inversões Financeiras  
Transferências de Capital

§ 1º Classificam-se como Despesas de Custeio as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.

§ 2º Classificam-se como Transferências Correntes as dotações para despesas as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manifestação de outras entidades de direito público ou privado

Diante do exposto, fica mantida a essência da irregularidade, deduzindo-se o valor referente ao empenho nº 388 (R\$ 80.000,00), de forma que na sua redação altera-se o valor para R\$ 2.200,00.

Por fim, destaca-se que os itens 3.3 e 5.3 foram alterados.

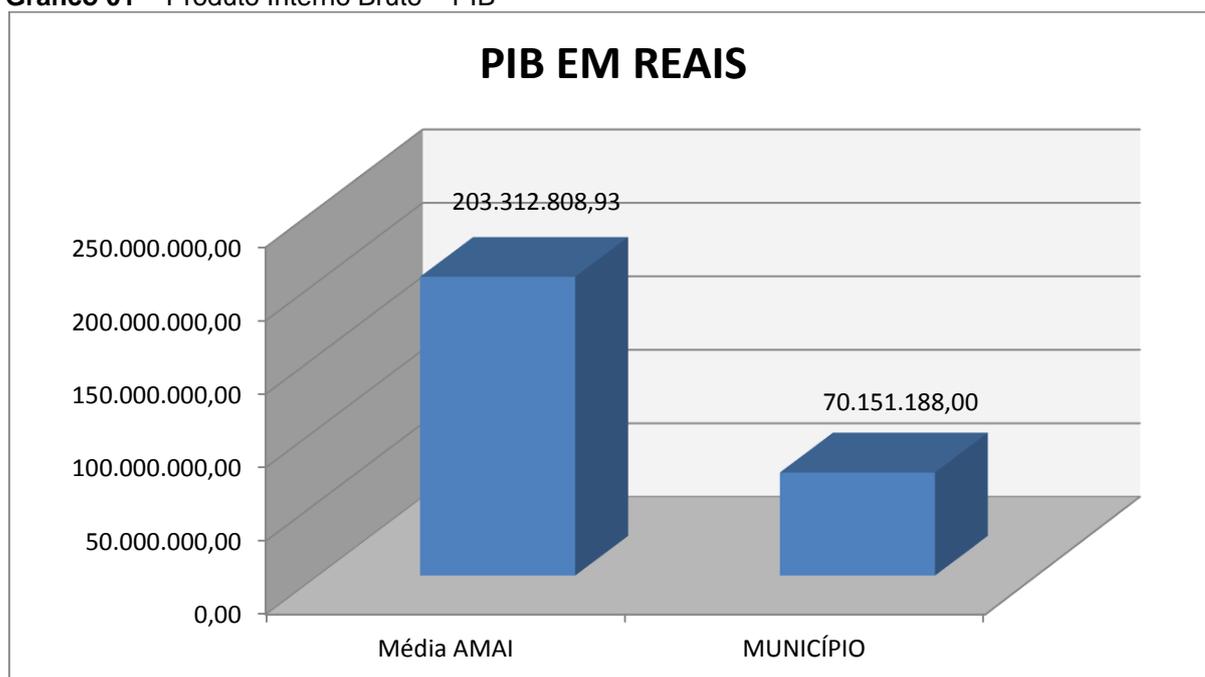
À luz das ponderações de ordem técnica referentes às justificativas apresentadas pelo responsável, por ventura do cumprimento das disposições contidas no art. 52 da Lei Complementar nº 202/2000 e art. 57, § 3º do Regimento Interno, conforme consta do item 1.2, as contas relativas ao exercício de 2014 passam a apresentar os seguintes dados:

## 2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO<sup>1</sup>

O povoamento da região de Ipuauçu começou por volta de 1940, quando descendentes de italianos, alemães e poloneses deixaram o Rio Grande do Sul e o Paraná em busca de prosperidade e melhores condições de subsistência. As matas de araucária eram o grande atrativo, enquanto a agricultura era praticada apenas para subsistência das famílias. Mas a derrubada desordenada das árvores acabou provocando uma crise no setor madeireiro e a agricultura passou a ser a única alternativa econômica viável. Ipuauçu, em tupi-guarani, significa “lajeado grande”, uma característica do leito do Rio Chapecó.

O Município de Ipuauçu tem uma população estimada em 7.193<sup>2</sup> habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano de 0,66<sup>3</sup>. O Produto Interno Bruto alcançava o valor de R\$ 70.151.188,00<sup>4</sup>, revelando um PIB per capita à época de R\$ 10.165,37, considerando uma população estimada em 2012 de 6.901 habitantes.

**Gráfico 01** – Produto Interno Bruto – PIB



Fonte: IBGE – 2011

No tocante ao desenvolvimento econômico e social mensurado pelo IDH/PNUD/2010, o Município de Ipuauçu encontra-se na seguinte situação:

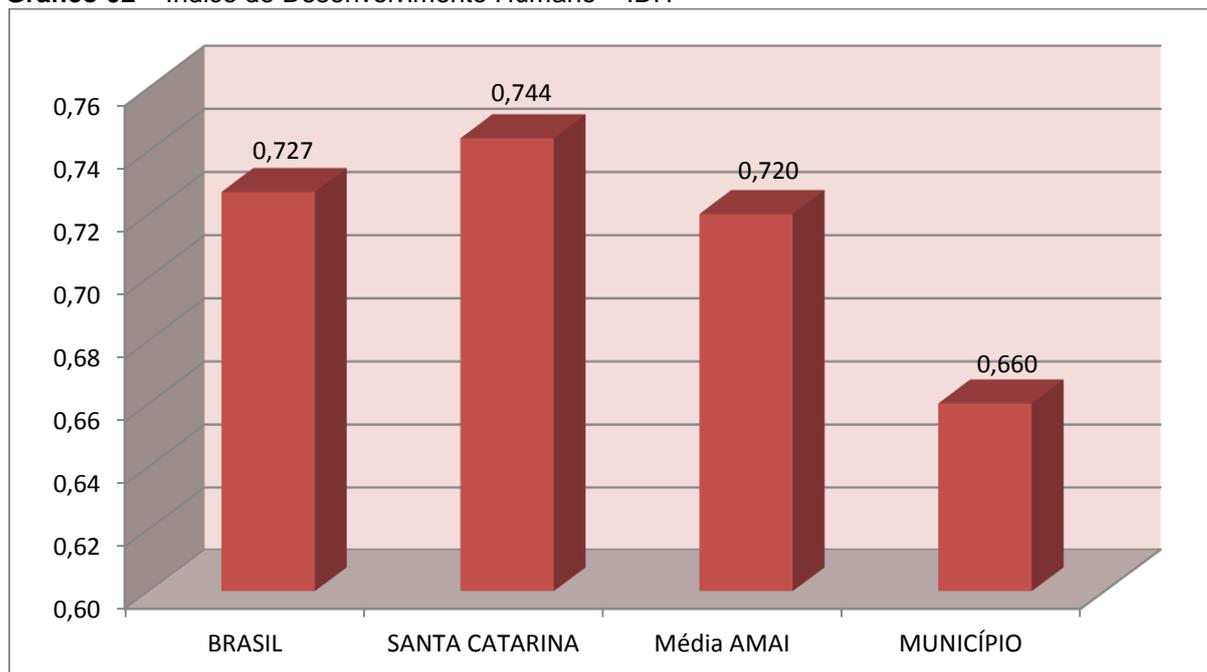
<sup>1</sup> Disponível em: [www.sc.gov.br/portalturismo](http://www.sc.gov.br/portalturismo)

<sup>2</sup> IBGE - 2013

<sup>3</sup> PNUD - 2010

<sup>4</sup> Produto Interno Bruto dos Municípios – IBGE/2012

**Gráfico 02 – Índice de Desenvolvimento Humano – IDH**



Fonte: PNUD – 2010

### 3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A análise da gestão orçamentária envolve os seguintes aspectos: demonstração da apuração do resultado orçamentário do presente exercício, com a demonstração dos valores previstos ou autorizados pelo Poder Legislativo; apurando-se quocientes que demonstram a evolução relativa do resultado da execução orçamentária do Município; a demonstração da execução das receitas e despesas, cotejando-as com os valores orçados, bem como a evolução do esforço tributário, IPTU per capita e o esforço de cobrança da dívida ativa. Por fim, apura-se o total da receita com impostos (incluídas as transferências de impostos) e a receita corrente líquida.

Segue abaixo os instrumentos de planejamento aplicáveis ao exercício em análise, as datas das audiências públicas realizadas e o valor da receita e despesa inicialmente orçadas:

**Quadro 01 – Leis Orçamentárias**

LEIS		DATA DAS AUDIÊNCIAS	RECEITA ESTIMADA	17.480.018,00
PPA	727/2013	29/05/2013		
LDO	729/2013	29/05/2013	DESPESA FIXADA	17.480.018,00
LOA	739/2013	24/09/2013		

### 3.1. Apuração do resultado orçamentário

O confronto entre a receita arrecadada e a despesa realizada, resultou no Déficit de execução orçamentária da ordem de **R\$ 1.690.730,22**, correspondendo a **8,29%** da receita arrecadada.

Salienta-se que o resultado consolidado, Déficit de R\$ 1.690.730,22, é composto pelo resultado do Orçamento Centralizado - Prefeitura Municipal, Déficit de R\$ 1.681.429,80 e do conjunto do Orçamento das demais Unidades Municipais Déficit de R\$ 9.300,42.

**Ressalta-se que o Déficit em questão foi parcialmente absorvido pelo superávit financeiro do exercício anterior (R\$ 726.845,30)**, conforme demonstrado na apuração da variação do patrimônio financeiro (item 4.2, deste Relatório).

Assim, a execução orçamentária do Município pode ser demonstrada, sinteticamente, da seguinte forma:

**Quadro 02 – Demonstração do Resultado da Execução Orçamentária (em Reais) – 2014**

Descrição	Previsão/Autorização	Execução	% Executado
RECEITA	17.480.018,00	20.400.974,69	116,71
DESPEZA (considerando as alterações orçamentárias)	24.067.909,57	22.091.704,91	91,79
<b>Déficit de Execução Orçamentária</b>		<b>1.690.730,22</b>	

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Obs.: Constatou-se uma divergência de R\$ 0,90 entre a variação do patrimônio financeiro (R\$ - 1.687.680,06) e o resultado da execução orçamentária - Déficit (R\$ 1.690.730,22), considerando o cancelamento de Restos a Pagar no valor de R\$ 3.051,06, decorrente da divergência entre o saldo do grupo Disponível do Balanço Patrimonial do exercício anterior – Anexo 14 (R\$ 983.186,06) e o saldo inicial do Balanço Financeiro do exercício atual – Anexo 13 (R\$ 983.185,16).

### 3.2. Análise do resultado orçamentário

A análise da evolução do resultado orçamentário é facilitada com o uso de quocientes, pois os resultados absolutos expressos nas demonstrações contábeis são relativizados, permitindo a comparação de dados entre exercícios e Municípios distintos.

A seguir é exibido quadro que evidencia a evolução do Quociente de Resultado Orçamentário do Município de Ipuauçu nos últimos 5 anos:

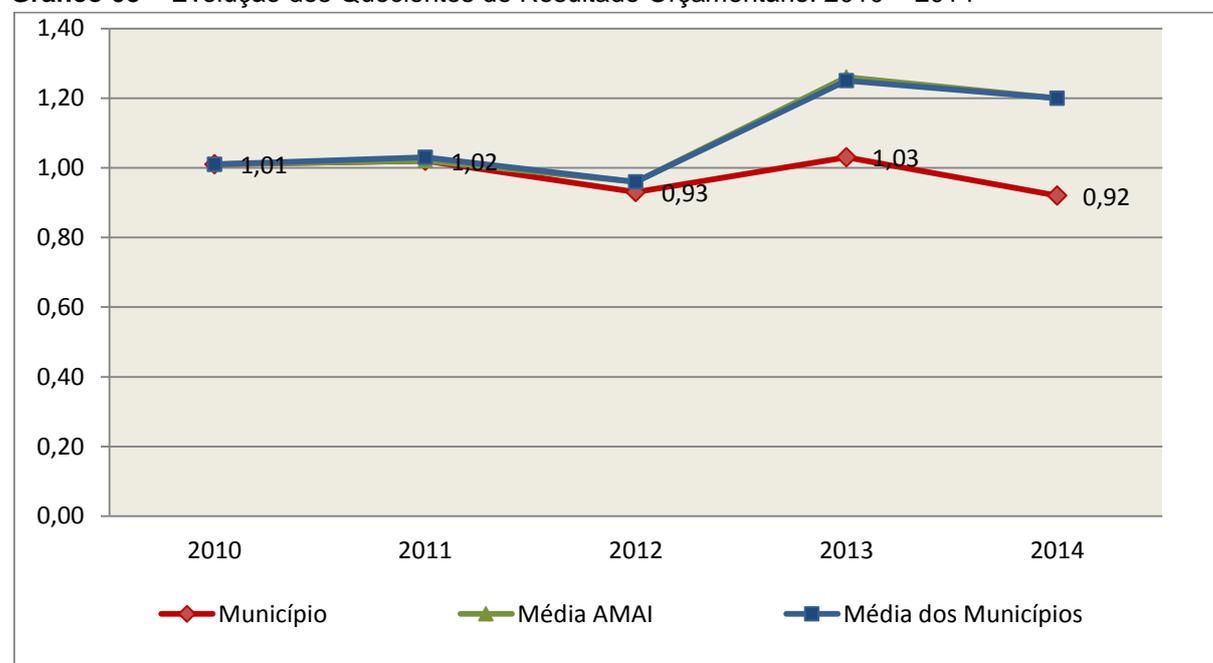
**Quadro 03** – Quocientes de Resultado Orçamentário – 2010-2014

ITENS / ANO		2010	2011	2012	2013	2014
1	Receita realizada	13.757.797,54	15.799.081,19	18.439.059,90	17.910.171,07	20.400.974,69
2	Despesa executada	13.670.756,83	15.542.423,98	19.823.022,37	17.364.985,88	22.091.704,91
QUOCIENTE		2010	2011	2012	2013	2014
Resultado Orçamentário (1÷2)		1,01	1,02	0,93	1,03	0,92

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado e análise técnica.

O resultado orçamentário pode ser verificado por meio do quociente entre a receita orçamentária e a despesa orçamentária. Quando esse indicador for superior a 1,00 tem-se que o resultado orçamentário foi superavitário (receitas superiores às despesas).

**Gráfico 03** – Evolução dos Quocientes de Resultado Orçamentário: 2010 – 2014



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

### 3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias

Os quadros que sintetizam a execução das receitas e despesas no exercício trazem também os valores previstos ou autorizados pelo Legislativo Municipal, de forma que se possa avaliar a destinação de recursos pelo Poder Executivo, bem como o cumprimento de imposições constitucionais.

No âmbito do Município, a receita orçamentária pode ser entendida como os recursos financeiros arrecadados para fazer frente às suas despesas.

A receita arrecadada do exercício em exame atingiu o montante de **R\$ 20.400.974,69**, equivalendo a **116,71%** da receita orçada.

As receitas por origem e o cotejamento entre os valores previstos e os arrecadados são assim demonstrados:

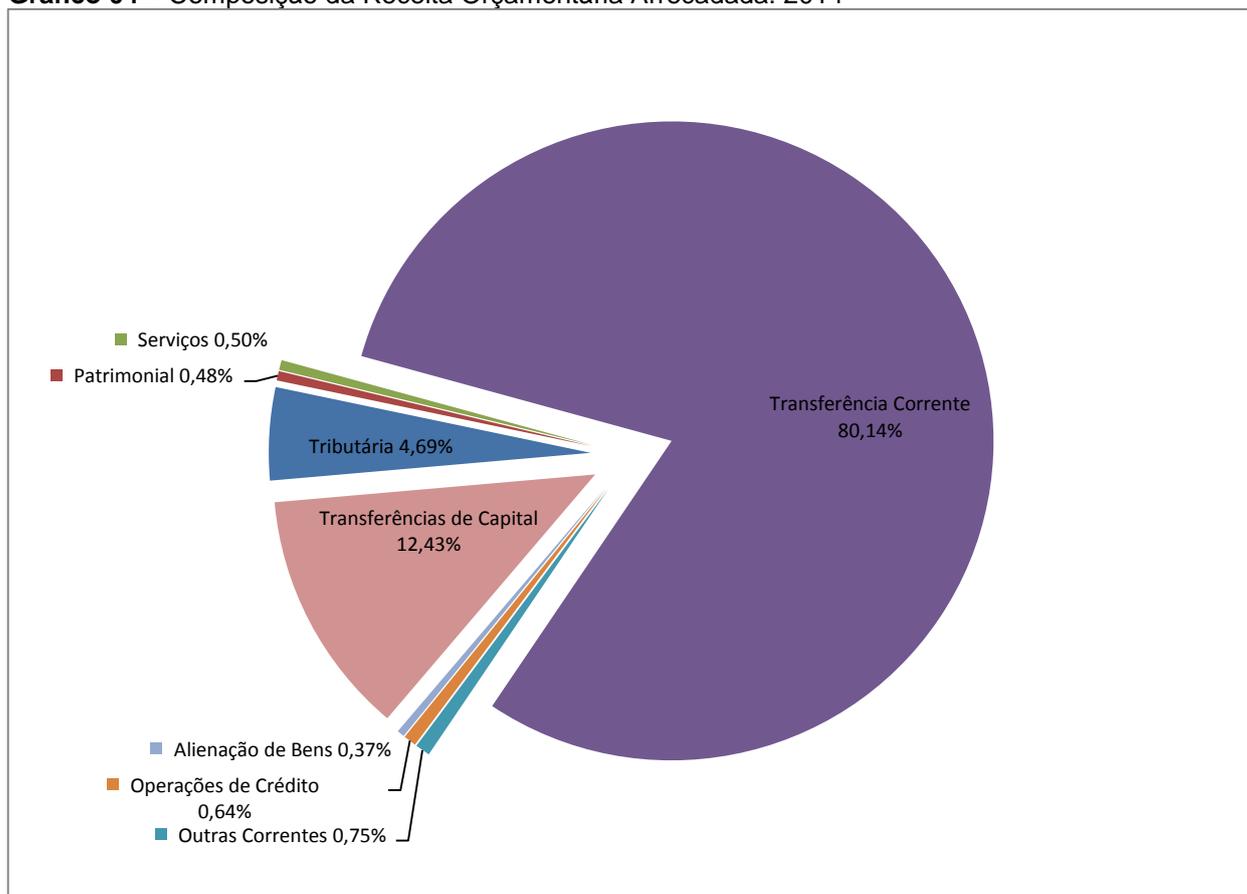
**Quadro 04** – Comparativo da Receita Orçamentária Prevista e Arrecadada (em Reais): 2014

RECEITA POR ORIGEM	PREVISÃO	ARRECAÇÃO	% ARRECADADO
Receita Tributária	691.000,00	957.277,19	138,54
Receita Patrimonial	55.100,00	97.183,29	176,38
Receita Agropecuária	2.000,00	-	-
Receita de Serviços	10.000,00	101.782,21	1.017,82
Transferências Correntes	16.649.000,00	16.348.878,65	98,20
Outras Receitas Correntes	72.900,00	152.033,41	208,55
<b>RECEITA CORRENTE</b>	<b>17.480.000,00</b>	<b>17.657.154,75</b>	<b>101,01</b>
Operações de Crédito	-	131.084,15	-
Alienação de Bens	-	76.100,00	-
Transferências de Capital	18,00	2.536.635,79	14.092.421,06
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>	<b>18,00</b>	<b>2.743.819,94</b>	<b>15.243.444,11</b>
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>17.480.018,00</b>	<b>20.400.974,69</b>	<b>116,71</b>

**Fonte:** <sup>1</sup>Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e <sup>2</sup>Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Obs.: houve alteração de **R\$ 2.200,00** da receita corrente para a de capital, conforme fls 157 a 159 dos autos, vide restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal do capítulo Restrições Apuradas, deste Relatório.

**Gráfico 04 – Composição da Receita Orçamentária Arrecadada: 2014**

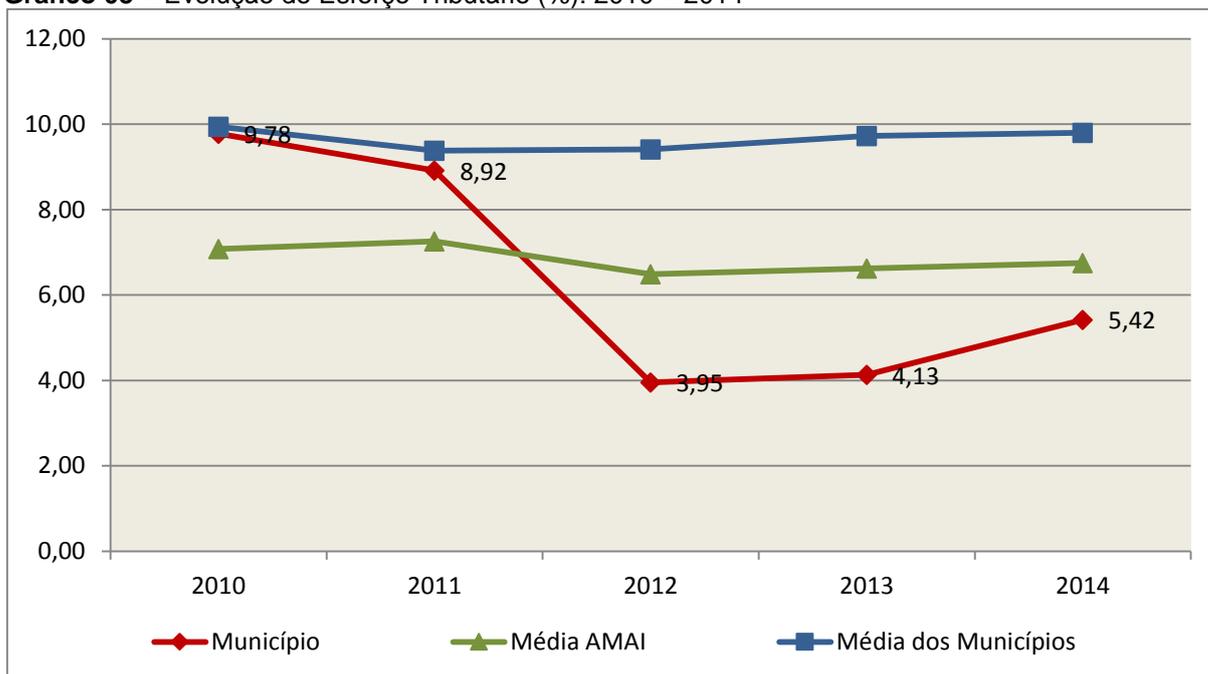


**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O gráfico anterior apresenta a relação de cada receita por origem com o total arrecadado no exercício. Destaca-se que parcela significativa da receita, **80,14%**, está concentrada nas transferências correntes.

Um aspecto importante a ser analisado na gestão da receita orçamentária pode ser traduzido como “esforço tributário”. O gráfico que segue mostra a evolução da receita tributária em relação ao total das receitas correntes do Município.

**Gráfico 05** – Evolução do Esforço Tributário (%): 2010 – 2014

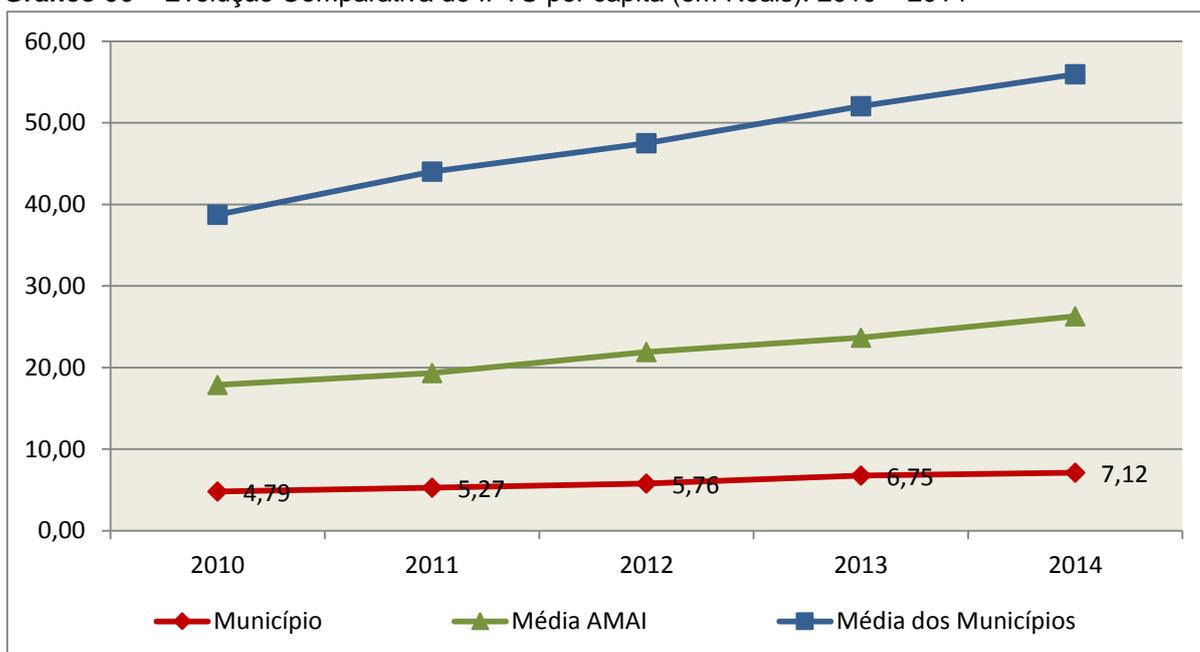


**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Relativamente às receitas arrecadadas, deve-se dar destaque às receitas próprias com impostos no exercício da competência tributária estabelecida constitucionalmente e exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse sentido, destaca-se no gráfico a seguir a evolução do IPTU arrecadado *per capita* nos últimos 5 (cinco) anos.

**Gráfico 06** – Evolução Comparativa do IPTU per capita (em Reais): 2010 – 2014



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados, IBGE e análise técnica.

A Dívida Ativa apresentou o seguinte comportamento no exercício em análise:

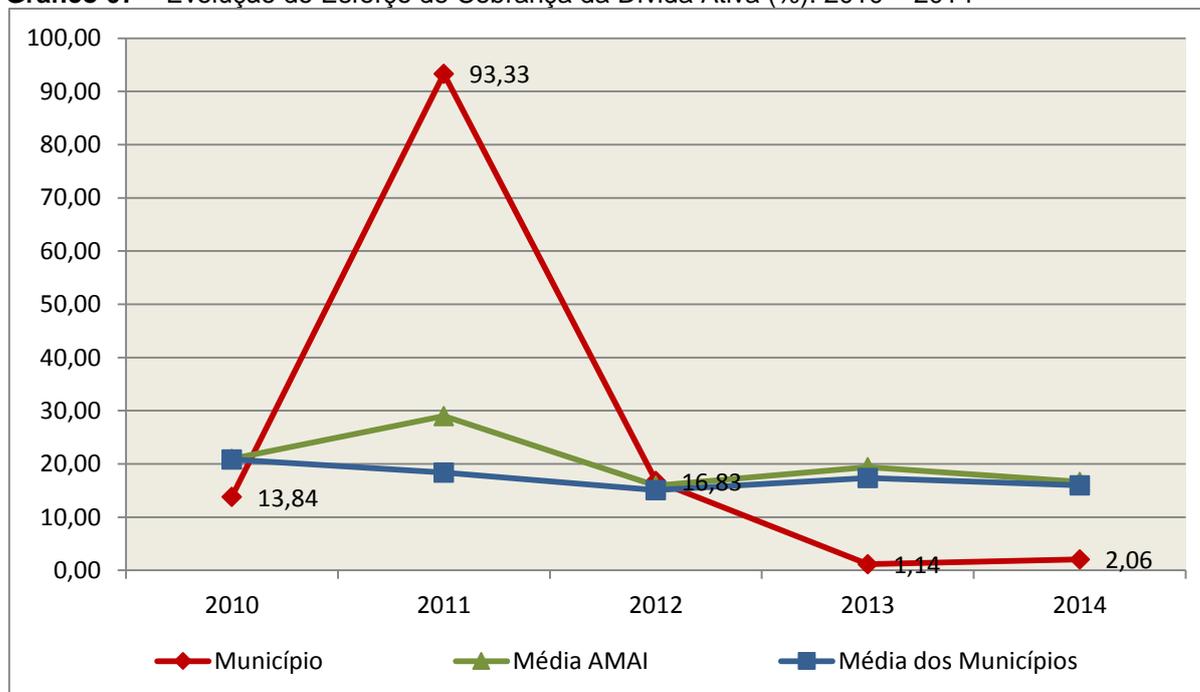
**Quadro 05** – Movimentação da Dívida Ativa (em Reais): 2014

Saldo Anterior	Inscrição	Atualização, juros e multa	Provisão (líquida)	Recebimento	Outras Baixas	Saldo Final
659.311,96	0,00	0,00	0,00	13.575,30	320.974,74	324.761,92

**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados.

Importante também analisar a eficiência na cobrança da dívida ativa ao longo dos últimos cinco anos. O gráfico seguinte mostra o percentual de dívida ativa recebida em relação ao saldo do exercício anterior:

**Gráfico 07** – Evolução do Esforço de Cobrança da Dívida Ativa (%): 2010 – 2014



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

No tocante as despesas executadas em contraposição às orçadas (incluindo as alterações orçamentárias), segundo a classificação funcional, tem-se a demonstração do próximo quadro:

**Quadro 06** – Comparativo entre a Despesa por Função de Governo Autorizada e Executada:  
2014

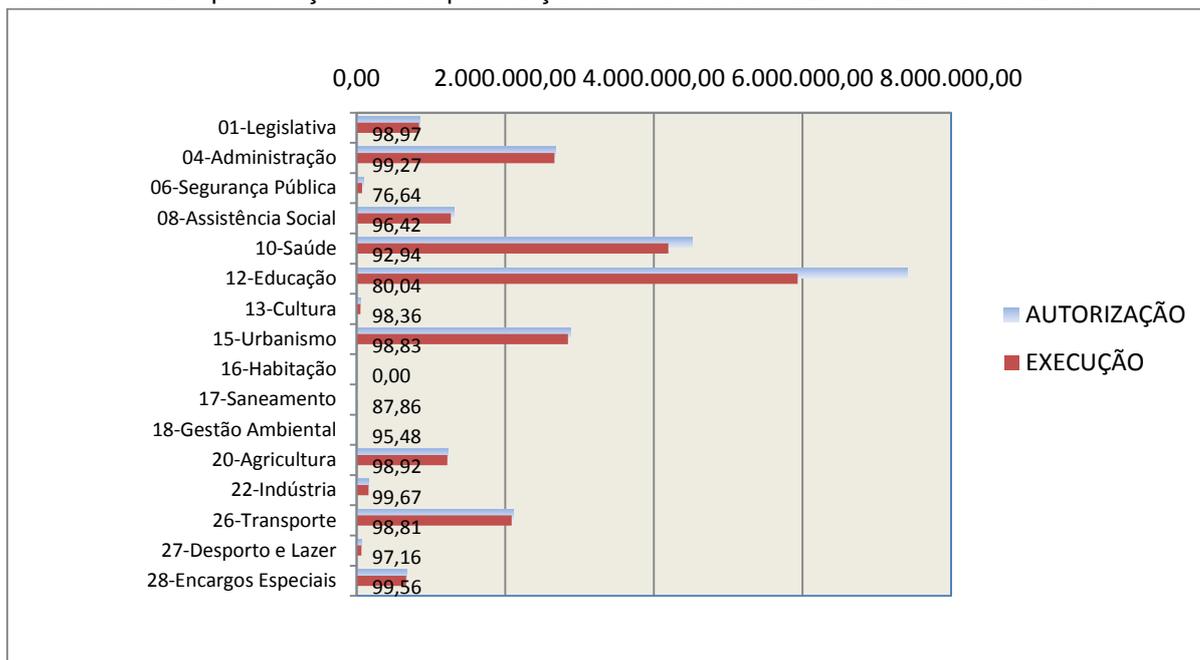
DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO <sup>1</sup> (R\$)	EXECUÇÃO <sup>2</sup> (R\$)	% EXECUTADO
01-Legislativa	849.400,00	840.637,80	98,97
04-Administração	2.684.655,39	2.664.975,66	99,27
06-Segurança Pública	94.836,62	72.684,83	76,64
08-Assistência Social	1.315.315,68	1.268.206,50	96,42
10-Saúde	4.512.990,79	4.194.383,98	92,94
12-Educação	7.415.414,75	5.935.165,54	80,04
13-Cultura	52.000,00	51.148,75	98,36
15-Urbanismo	2.879.818,56	2.846.246,07	98,83
16-Habitação	1,00	-	-
17-Saneamento	10.001,00	8.787,20	87,86
18-Gestão Ambiental	4.000,00	3.819,24	95,48
20-Agricultura	1.234.450,00	1.221.168,42	98,92
22-Indústria	162.761,00	162.222,11	99,67
26-Transporte	2.113.263,78	2.088.130,52	98,81
27-Desporto e Lazer	68.001,00	66.069,00	97,16
28-Encargos Especiais	671.000,00	668.059,29	99,56
<b>TOTAL DA DESPESA</b>	<b>24.067.909,57</b>	<b>22.091.704,91</b>	<b>91,79</b>

**Fontes:** <sup>1</sup>Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e <sup>2</sup>Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

A análise entre despesa autorizada e executada configura-se importante quando se tem como objetivo subsidiar o parecer prévio, permitindo identificar quais funções foram priorizadas ou contingenciadas em relação à deliberação legislativa no tocante ao orçamento municipal.

O gráfico seguinte demonstra o cotejamento entre as despesas autorizadas e executadas segundo as funções de governo. Trata-se de uma representação gráfica do Quadro anterior.

**Gráfico 08** – Despesa Orçamentária por Função de Governo Autorizada x Executada: 2014



Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

A evolução das despesas executadas por função de governo está demonstrada no quadro a seguir:

**Quadro 07** – Evolução das Despesas Executadas por Função de Governo (em Reais): 2010 – 2014

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	2010	2011	2012	2013	2014
01-Legislativa	486.392,40	516.426,97	600.796,12	750.481,02	840.637,80
04-Administração	1.600.181,60	2.197.125,66	2.066.083,00	2.323.825,79	2.664.975,66
06-Segurança Pública	31.410,27	21.987,46	26.166,80	29.658,96	72.684,83
08-Assistência Social	809.851,49	924.066,44	1.093.332,87	889.969,70	1.268.206,50
10-Saúde	3.116.893,08	3.799.952,43	4.503.511,24	4.032.091,01	4.194.383,98
12-Educação	2.353.168,47	2.861.307,24	5.141.931,12	4.243.667,26	5.935.165,54
13-Cultura	94.936,80	134.818,50	177.878,50	119.987,90	51.148,75
15-Urbanismo	659.991,26	1.036.279,78	740.592,03	442.731,88	2.846.246,07
16-Habitação	12.000,00	180.061,30	34.703,40	-	-
17-Saneamento	22.826,53	-	-	-	8.787,20
18-Gestão Ambiental	2.391,84	2.376,00	3.349,80	2.987,62	3.819,24
20-Agricultura	959.688,62	1.056.320,54	1.095.480,07	1.156.817,64	1.221.168,42
22-Indústria	201.250,00	322.826,80	-	793.122,31	162.222,11
23-Comércio e Serviços	3.000,00	2.650,00	-	2.736,50	-
26-Transporte	2.582.507,14	2.003.084,20	3.255.983,04	1.964.884,10	2.088.130,52
27-Desporto e Lazer	104.284,92	95.801,59	175.296,75	100.634,53	66.069,00

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	2010	2011	2012	2013	2014
28-Encargos Especiais	629.982,41	387.339,07	291.564,77	511.389,66	668.059,29
<b>TOTAL DA DESPESA REALIZADA</b>	<b>13.670.756,83</b>	<b>15.542.423,98</b>	<b>19.206.669,51</b>	<b>17.364.985,88</b>	<b>22.091.704,91</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

No quadro a seguir, demonstra-se a apuração das receitas decorrente de impostos, informação utilizada no cálculo dos limites com saúde e educação.

**Quadro 08** – Apuração da Receita com Impostos: 2014

RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)	Valor (R\$)	%
Imposto Predial e Territorial Urbano	51.210,02	0,35
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	446.337,03	3,04
Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza	237.965,90	1,62
Imposto s/Transmissão Inter vivos de Bens Imóveis e Direitos Reais sobre Bens Imóveis	123.204,21	0,84
Cota do ICMS	7.672.797,19	52,32
Cota-Parte do IPVA	287.007,26	1,96
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	117.934,40	0,80
Cota-Parte do FPM	5.653.737,77	38,55
Cota do ITR	27.310,67	0,19
Transferências Financeiras do ICMS - Desoneração L.C. nº 87/96	32.550,36	0,22
Receita de Dívida Ativa Proveniente de Impostos	10.575,00	0,07
Receita de Multas e Juros provenientes de impostos, inclusive da dívida ativa decorrente de impostos	5.358,83	0,04
<b>TOTAL DA RECEITA COM IMPOSTOS</b>	<b>14.665.988,64</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O ingresso de recursos provenientes de impostos tem importância na gestão orçamentária municipal, eis que serve como denominador dos percentuais mínimos de aplicação em saúde e educação.

Da mesma forma, o total da Receita Corrente Líquida (RCL), demonstrado no quadro seguinte, serve como parâmetro para o cálculo dos percentuais máximos das despesas de pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Quadro 09** – Apuração da Receita Corrente Líquida: 2014

<b>DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Receitas Correntes Arrecadadas	20.415.274,22
(-) Dedução das receitas para formação do FUNDEB	2.758.119,47
<b>TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>17.657.154,75</b>

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

## 4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA

A análise compreendida neste capítulo consiste em demonstrar a situação patrimonial existente ao final do exercício, em contraposição à situação existente no final do exercício anterior; discriminando especificamente a variação da situação financeira do Município e sua capacidade de pagamento de curto prazo.

### 4.1. Situação Patrimonial

A situação patrimonial do Município está assim demonstrada:

**Quadro 10** – Balanço Patrimonial do Município de Ipuauçu (em Reais): 2013 – 2014

<b>ATIVO</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
<b>Financeiro</b>	<b>991.506,99</b>	<b>1.290.374,22</b>	<b>Financeiro</b>	<b>264.661,69</b>	<b>2.251.208,98</b>
<b>Disponível</b>	<b>983.186,06</b>	<b>1.290.374,22</b>	<b>Depósitos</b>	<b>41.378,34</b>	<b>-</b>
Bancos Conta Movimento	327.706,59	1.014.910,38	Consignações	41.378,34	-
Bancos Conta Vinculada	655.479,47	275.463,84	<b>Restos a Pagar</b>	<b>223.283,35</b>	<b>2.251.208,98</b>
<b>Realizável</b>	<b>8.320,93</b>	<b>-</b>	Obrigações a Pagar	223.283,35	2.251.208,98
Créditos a Receber	8.320,93	-			
<b>Permanente</b>	<b>13.848.489,34</b>	<b>15.894.712,72</b>	<b>Permanente</b>	<b>1.506.968,90</b>	<b>1.225.412,54</b>
<b>Créditos</b>	<b>773.126,25</b>	<b>2.320.005,73</b>	<b>Dívida Fundada</b>	<b>1.506.968,90</b>	<b>1.225.412,54</b>
Devedores - Entidades e Agentes	773.126,25	2.320.005,73			
<b>Dívida Ativa</b>	<b>659.311,96</b>	<b>324.761,92</b>	<b>DIVERSAS PROVISÕES</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Curto Prazo	9.474,59	-	Valores Pendentes a Longo Prazo	0,00	0,00
Créditos em processo de Inscrição Dívida Ativa	87.607,42	-			
Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Longo Prazo	562.229,95	324.761,92			
<b>Imobilizado</b>	<b>12.416.051,13</b>	<b>13.249.945,07</b>			
Bens Móveis e Imóveis	12.416.051,13	13.249.945,07			
Bens Imóveis	5.148.764,37	5.609.272,80			
Bens Móveis	7.267.286,76	7.640.672,27			

ATIVO	2013	2014	PASSIVO	2013	2014
ATIVO REAL	14.839.996,33	17.185.086,94	PASSIVO REAL	1.771.630,59	3.476.621,52
SALDO PATRIMONIAL	0,00	0,00	SALDO PATRIMONIAL	13.068.365,74	13.708.465,42
			Ativo Real Líquido	13.068.365,74	13.708.465,42
TOTAL	14.839.996,33	17.185.086,94	TOTAL	14.839.996,33	17.185.086,94

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado.

Obs.: Verificou-se divergência de R\$ 0,90 entre o Resultado Patrimonial apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais – Anexo 15 (R\$ 640.100,58) e o Saldo Patrimonial do exercício corrente, apurado no Balanço Patrimonial – Anexo 14, (R\$ 13.708.465,42), deduzido o Saldo Patrimonial do exercício anterior (R\$ 13.068.365,74), decorrente da divergência entre o saldo do grupo Disponível do Balanço Patrimonial do exercício anterior – Anexo 14 (R\$ 983.186,06) e o saldo inicial do Balanço Financeiro do exercício atual – Anexo 13 (R\$ 983.185,16).

Obs.: A divergência entre o saldo demonstrado no Anexo 17 e o saldo do Passivo Financeiro constante do Anexo 14 consta como restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal do capítulo Restrições Apuradas, deste Relatório.

## 4.2. Análise do resultado financeiro

Dentre os componentes patrimoniais é relevante no processo de análise das contas municipais, para fins de emissão do parecer prévio, a verificação da evolução do patrimônio financeiro e, sobretudo, a apuração da situação financeira no final do exercício, eis que a existência de passivos financeiros superiores a ativos financeiros revela restrições na capacidade de pagamento do Município frente às suas obrigações financeiras de curto prazo.

O confronto entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro do exercício encerrado resulta em Déficit Financeiro de **R\$ 960.834,76** e a sua correlação demonstra que para cada R\$ 1,00 (um real) de recursos financeiros existentes, o Município possui **R\$ 1,74** de dívida de curto prazo.

Em relação ao exercício anterior, ocorreu variação negativa de **R\$ 1.687.680,06** passando de um Superávit de **R\$ 726.845,30** para um Déficit de **R\$ 960.834,76**.

Registre-se que a Prefeitura apresentou um Déficit de **R\$ 1.049.457,61**.

Dessa forma, a variação do patrimônio financeiro do Município durante o exercício é demonstrada no quadro seguinte:

**Quadro 11** – Variação do patrimônio financeiro do Município (em Reais) – 2013 - 2014

<b>Grupo Patrimonial</b>	<b>Saldo inicial</b>	<b>Saldo final</b>	<b>Varição</b>
Ativo Financeiro	991.506,99	1.290.374,22	298.867,23
Passivo Financeiro	264.661,69	2.251.208,98	1.986.547,29
<b>Saldo Patrimonial Financeiro</b>	<b>726.845,30</b>	<b>-960.834,76</b>	<b>-1.687.680,06</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Obs.: Verificou-se divergência, no valor de R\$ 0,90, apurada entre a variação do saldo patrimonial financeiro (R\$ -1.687.680,06) e o resultado da execução orçamentária – Déficit (R\$ 1.690.730,22), considerando o cancelamento de restos a pagar de R\$ 3.051,06, decorrente da divergência entre o saldo do grupo Disponível do Balanço Patrimonial do exercício anterior – Anexo 14 (R\$ 983.186,06) e o saldo inicial do Balanço Financeiro do exercício atual – Anexo 13 (R\$ 983.185,16).

#### **4.2.1. Análise do resultado financeiro por especificação de fontes de recursos**

A situação financeira analisada neste item tem como objetivo demonstrar o confronto entre os recursos financeiros e as respectivas obrigações financeiras, segregadas por vínculo de recurso.

Referida análise atende ao que determina o artigo 8º, 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, ou seja, vincular os recursos a sua disponibilidade específica.

Para o cálculo utilizou-se os seguintes critérios:

a) FR – Fonte de Recursos: refere-se à discriminação das especificações das fontes de recursos, conforme tabela de destinação de receita deste Tribunal de Contas;

b) Disponibilidade de Caixa Bruta: constitui-se dos saldos recursos financeiros (caixa, bancos, aplicações financeiras e outras disponibilidades financeiras) em 31/12/2014, segregados por especificações de fontes de recursos;

c) Obrigações financeiras: representa os valores, igualmente por disponibilidade de fontes de recursos, dos depósitos de terceiros e resultantes de consignações, cauções, outros depósitos de diversas origens e dos restos a pagar, sendo que, este último refere-se às despesas empenhadas, liquidadas ou não, e que estão pendentes de pagamento.

Ressalta-se, todavia, que em razão da análise técnica decorrente de auditorias, levantamentos, ofícios circulares encaminhados aos jurisdicionados, entre outros instrumentos de verificações, poderá haver ajustes na disponibilidade de caixa e nas obrigações financeiras apresentadas pelo ente.

d) Disponibilidade de Caixa líquida/resultado financeiro: evidencia o resultado financeiro por especificações de fontes de recursos, apurado entre o confronto dos recursos financeiros e as obrigações financeiras, levando-se em consideração os possíveis ajustes.

No tocante ao Samae - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, Autarquias e Empresas Públicas, suas disponibilidades de caixa serão consideradas como recursos vinculados, mesmo que registradas contabilmente com especificação de Fonte de Recursos 00 - recursos ordinários. O mesmo procedimento será adotado com relação às obrigações financeiras.

A seguir, expõe-se resumo da situação constatada do Município de Ipuauçu, sendo que no Apêndice, deste Relatório, encontra-se o cálculo de forma detalhada.

Quadro 11-A – Demonstrativo do Resultado Financeiro por especificações de Fonte de Recurso.

FORTE DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	Superávit / Déficit
<b>RECURSOS VINCULADOS</b>		
00 - Recursos Ordinários *	0,00	Superávit
16 - Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	920,66	Superávit
18 - Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educação Básica) - R\$ 2.002,17	2.002,17	Superávit
19 - Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica) - R\$ 0,00		
22 - Transferências de Convênios - Educação	-612.590,46	Déficit
23 - Transferências de Convênios - Saúde	-11.038,43	Déficit
24 - Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	45.560,40	Superávit
44 - Fundo Especial do Petróleo	5.207,13	Superávit
47 - Apoio a Pessoa Idosa - API	0,00	Superávit
48 - Programa de Atenção à Criança - PAC	1.498,90	Superávit
50 - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	3,40	Superávit
52 - Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social	962,64	Superávit
54 - Convênio Trânsito - Militar	13.451,89	Superávit
55 - Convênio Trânsito - Civil	3.144,64	Superávit
56 - Convênio Trânsito - Prefeitura	7.561,95	Superávit
58 - Salário Educação	509,15	Superávit
59 - Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	211,77	Superávit
60 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	8,16	Superávit
61 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	466,66	Superávit
63 - Bolsa Família	42,49	Superávit
64 - Atenção Básica	58.266,39	Superávit
65 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	2.172,13	Superávit
66 - Vigilância em Saúde	25.927,71	Superávit
67 - Assistência Farmacêutica Básica	3.849,68	Superávit
70 - Gestão SUS	0,00	Superávit
83 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas	-868.836,02	Déficit

FONTE DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	Superávit / Déficit
88 - Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde	8.364,92	Superávit
89 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas	2.471,29	Superávit
<b>SOMATÓRIO DAS FONTES DE RECURSOS COM INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA</b>	<b>-1.492.464,91</b>	
<b>RECURSOS ORDINÁRIOS</b>		
00 - Recursos Ordinários	360.945,57	
01- Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	-13.000,00	
02 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	1.080,45	
<b>TOTAL RECURSOS NÃO VINCULADOS</b>	<b>349.026,02</b>	<b>Superávit</b>

Fonte: Dados do Sistema e-Sfinge.

\* As disponibilidades de caixa da Câmara Municipal de Ipuauçu foram consideradas como recursos vinculados.

### 4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira

A presente análise está baseada na demonstração de quocientes e/ou índices, os quais podem ser definidos como números comparáveis obtidos a partir da divisão de valores absolutos, destinados a medir componentes patrimoniais, financeiros e orçamentários existentes nas demonstrações contábeis.

Os quocientes escolhidos para viabilizar a análise da evolução patrimonial e financeira do Município, nos últimos cinco anos, estão dispostos no quadro a seguir, com a devida memória de cálculo:

**Quadro 12 – Quocientes de Situação Patrimonial e Financeira – 2010 – 2014**

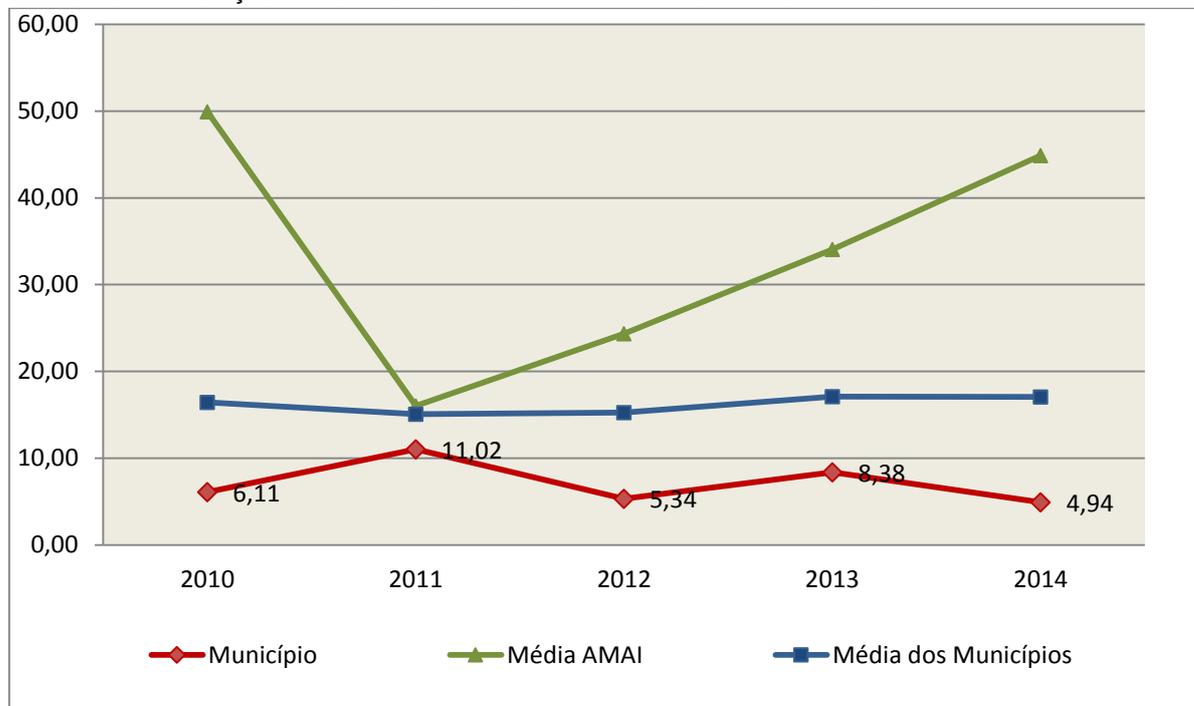
ITENS / ANO	2010	2011	2012	2013	2014
1 Despesa Executada	13.670.756,83	15.542.423,98	19.206.669,51	17.364.985,88	22.091.704,91
2 Restos a Pagar	446.565,63	132.418,82	781.597,63	223.283,35	2.251.208,98
3 Ativo Financeiro Ajustado	1.128.418,72	1.071.804,96	992.428,35	991.506,99	1.290.374,22
4 Passivo Financeiro Ajustado	446.565,63	132.670,74	1.427.783,50	264.661,69	2.251.208,98
5 Ativo Real	8.747.571,55	10.227.786,30	13.456.515,21	14.839.996,33	17.185.086,94
6 Passivo Real	1.432.471,61	928.262,68	2.519.598,88	1.771.630,59	3.476.621,52
QUOCIENTES	2010	2011	2012	2013	2014
Resultado Patrimonial (5÷6)	6,11	11,02	5,34	8,38	4,94
Situação Financeira (3÷4)	2,53	8,08	0,70	3,75	0,57
Restos a Pagar (2÷1)*100	3,27	0,85	4,07	1,29	10,19

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O Quociente do Resultado Patrimonial é resultante da relação entre o Ativo Real e o Passivo Real.

Não há um parâmetro mínimo definido, mas se o resultado deste quociente apresentar-se inferior a 1,00 será indicativo da existência de dívidas (curto e longo prazo) sem ativos suficientes para cobri-las.

**Gráfico 09** – Evolução do Quociente de Resultado Patrimonial: 2010 – 2014



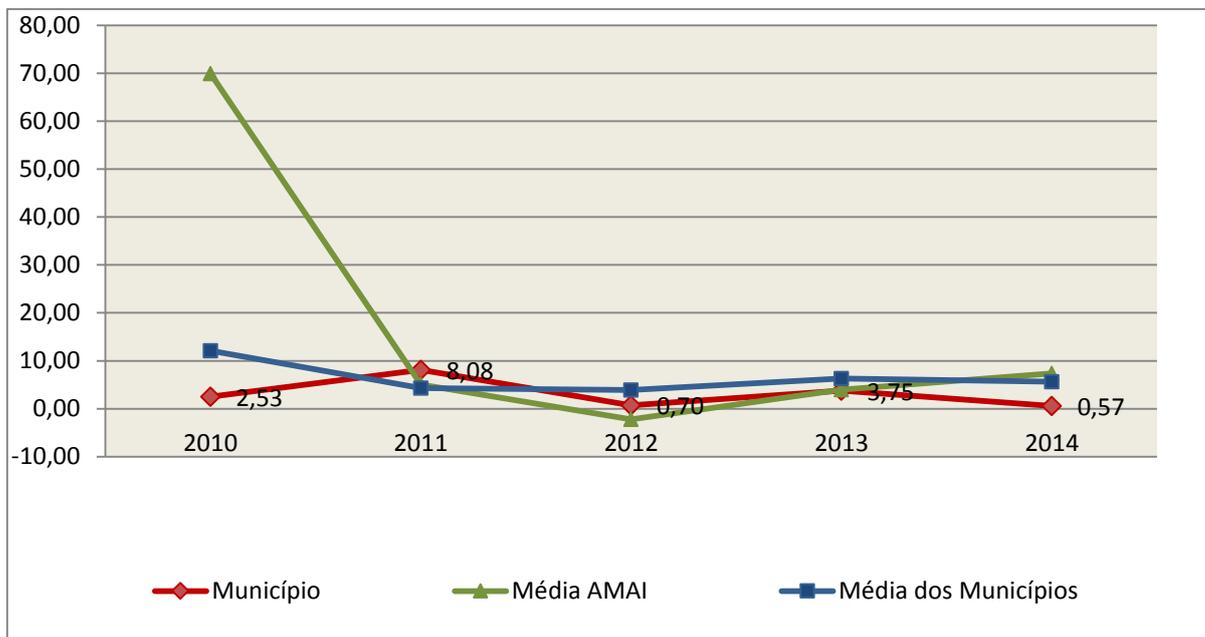
**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Como demonstra o gráfico anterior, no final do exercício de 2014 o Ativo Real apresenta-se **4,94** vezes maior que o Passivo Real (dívidas).

O Quociente da Situação Financeira é resultante da relação entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, demonstrando a capacidade de pagamento de curto prazo do Município.

O ideal é que esse quociente apresente valor maior que 1,00, pois assim indicará que as obrigações financeiras de curto prazo podem ser cobertas pelos ativos financeiros do Município.

**Gráfico 10** – Evolução do Quociente da Situação Financeira: 2010 – 2014



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

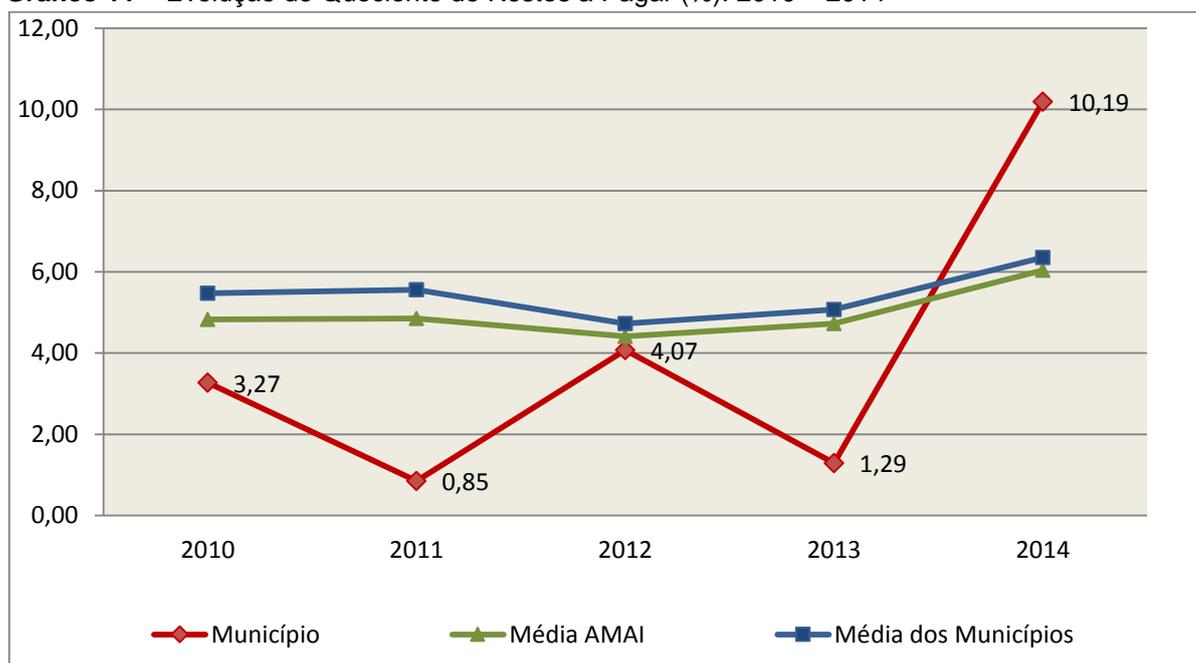
Como demonstra o gráfico, a situação financeira do Município apresenta-se Deficitária, sendo que no final do exercício de 2014 o Ativo Financeiro representa **0,57** vezes o valor do Passivo Financeiro.

O Quociente de Restos a Pagar (processados e não processados) expressa em termos percentuais à relação entre o saldo final dos restos a pagar e o total da Despesa Orçamentária.

Quanto menor esse quociente, menos comprometida será a gestão orçamentária e o fluxo financeiro do Município. Aumentos significativos deste quociente podem indicar que o Município não está conseguindo pagar no exercício as despesas que nele empenhou.

A situação apresentada pelo Município de Ipuauçu é demonstrada no gráfico a seguir:

**Gráfico 11** – Evolução do Quociente de Restos a Pagar (%): 2010 – 2014



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Verifica-se no gráfico anterior que o saldo final de Restos a Pagar corresponde a **10,19%** da despesa orçamentária do exercício.

## 5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES

O ordenamento vigente estabelece limites mínimos para aplicação de recursos na Educação e Saúde, bem como os limites máximos para despesas com pessoal.

### 5.1. Saúde

**Limite:** mínimo de 15% das receitas com impostos, inclusive transferências, de aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde para o exercício de 2014 – artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

Constatou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 2.722.027,39** em gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, o que corresponde a **18,56%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 522.129,09**, representando **3,56%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

A apuração das despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde, pode ser demonstrada da seguinte forma:

**Quadro 13** – Apuração das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde: 2014

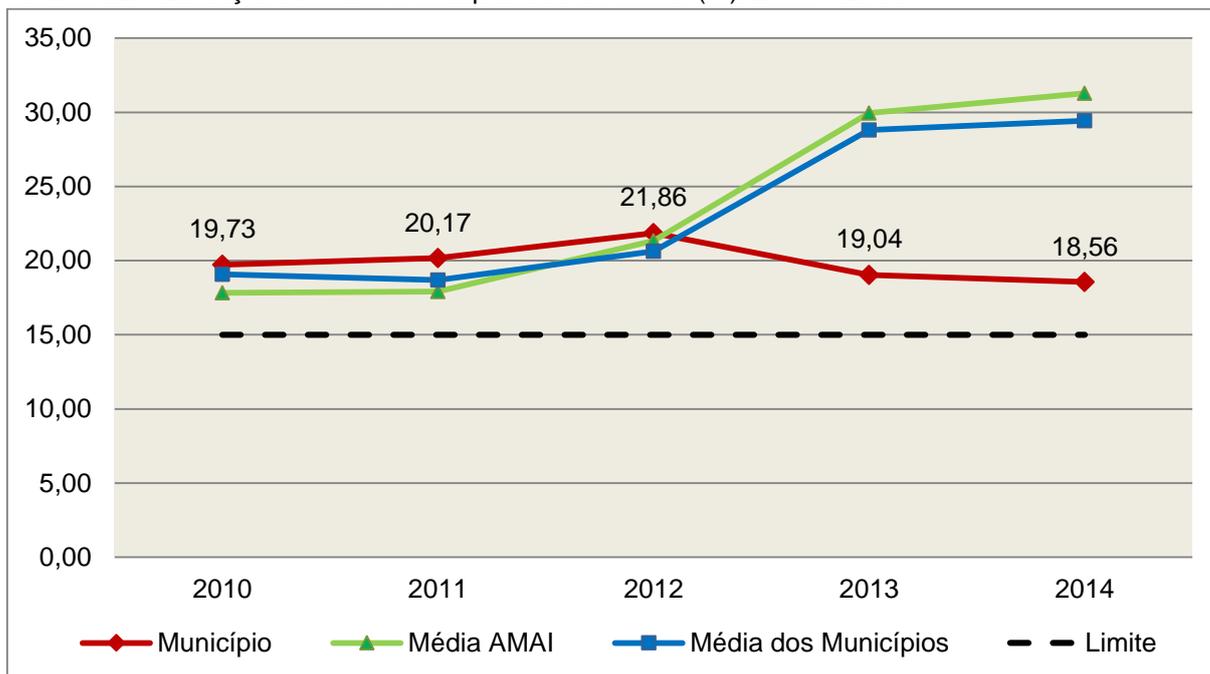
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
<b>Total da Receita com Impostos</b>	<b>14.665.988,64</b>	<b>100,00</b>
Total das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	4.032.381,19	27,49
Atenção Básica	3.975.576,58	27,11
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	20.243,47	0,14
Vigilância Sanitária	10.906,49	0,07
Vigilância Epidemiológica	25.654,65	0,17
(-) Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde*	1.310.353,80	8,93
<b>Total das Despesas para Efeito do Cálculo</b>	<b>2.722.027,39</b>	<b>18,56</b>
Valor Mínimo a ser Aplicado	2.199.898,30	15,00
<b>Valor Acima do Limite</b>	<b>522.129,09</b>	<b>3,56</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

\*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde:

**Gráfico 12** – Evolução Histórica e Comparativa da Saúde (%): 2010 – 2014



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Ipuauçu em 2014 reduziu seus gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

## 5.2. Ensino

### 5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências

**Limite:** mínimo de 25% proveniente de impostos, compreendida a proveniente de transferências, em gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (exercício de 2014) – art. 212 da Constituição Federal.

Apurou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 4.602.228,65** em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, o que corresponde a **31,38%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 935.731,49**, representando **6,38%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 212 da Constituição Federal.

A apuração das despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, pode ser demonstrada da seguinte forma:

**Quadro 14** – Apuração das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino: 2014

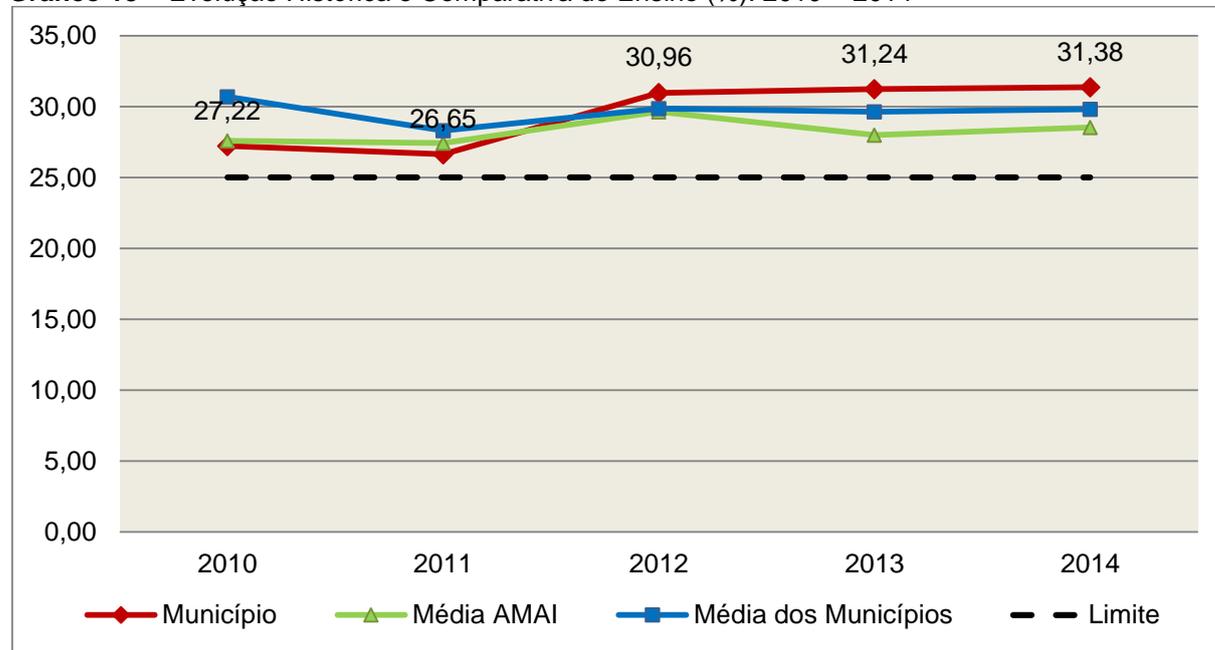
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
<b>Total da Receita com Impostos</b>	<b>14.665.988,64</b>	<b>100,00</b>
<b>Valor Aplicado Educação Infantil</b>	<b>1.463.378,67</b>	<b>9,98</b>
Educação Infantil	1.463.378,67	9,98
<b>Valor Aplicado Ensino Fundamental</b>	<b>4.156.515,17</b>	<b>28,34</b>
Ensino Fundamental	4.156.515,17	28,34
(-) Total das Deduções com Educação Básica*	1.826.396,83	12,45
(+) Perda com FUNDEB	813.705,42	5,55
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras	4.973,78	0,03
<b>Total das Despesas para efeito de Cálculo</b>	<b>4.602.228,65</b>	<b>31,38</b>
Valor Mínimo a ser Aplicado	3.666.497,16	25,00
<b>Valor Acima do Limite (25%)</b>	<b>935.731,49</b>	<b>6,38</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

\*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

**Gráfico 13** – Evolução Histórica e Comparativa do Ensino (%): 2010 – 2014



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Ipuçu em 2014 aumentou seus gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

## 5.2.2. FUNDEB

**Limite 1:** mínimo de 60% dos recursos oriundos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício – art. 60, XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT c/c art. 22 da Lei nº 11.494/07.

Verificou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 1.832.010,74**, equivalendo a **93,98%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em gastos com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 60, inciso XII do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e artigo 22 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com profissionais do magistério em efetivo exercício pode ser demonstrada da seguinte forma:

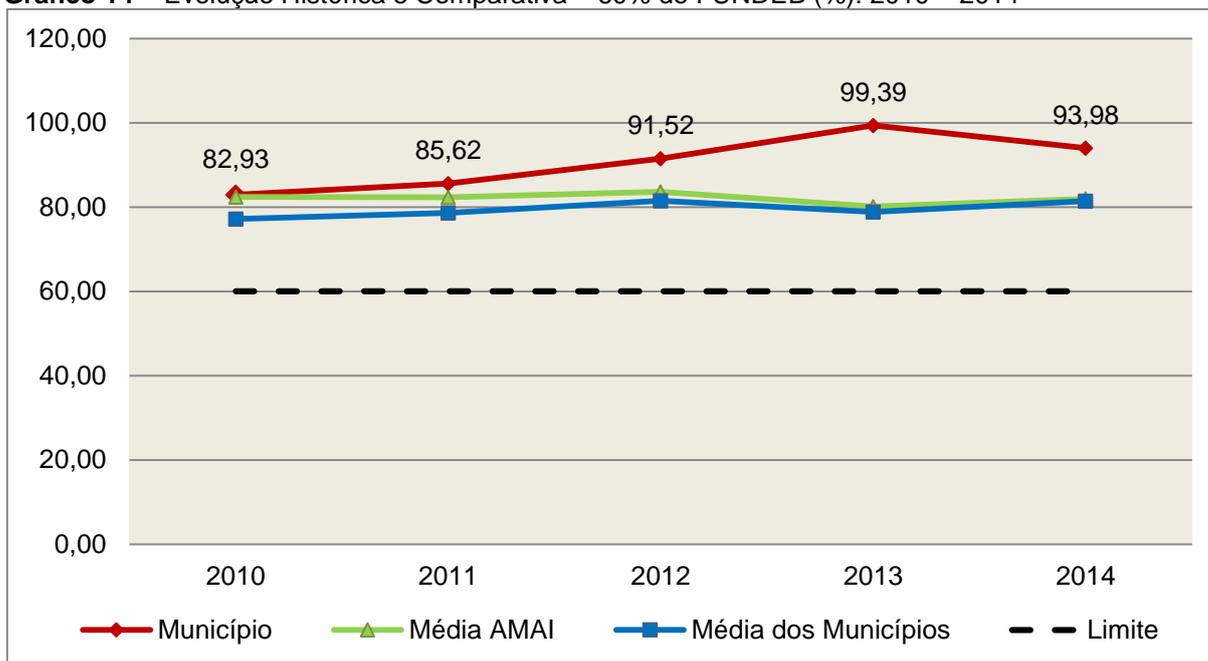
**Quadro 15** – Apuração das Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício – FUNDEB: 2014

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Transferências do FUNDEB	1.944.414,05
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB	4.973,78
<b>Total dos recursos oriundos do FUNDEB</b>	<b>1.949.387,83</b>
60% dos Recursos Oriundos do FUNDEB	1.169.632,70
Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício aplicadas com Recursos do FUNDEB	1.832.010,74
<b>Valor Acima do Limite</b>	<b>662.378,04</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e da análise técnica.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício:

**Gráfico 14** – Evolução Histórica e Comparativa – 60% do FUNDEB (%): 2010 – 2014



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

**Limite 2:** mínimo de 95% dos recursos oriundos do FUNDEB (no exercício financeiro em que forem creditados), em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – art. 21 da Lei nº 11.494/07.

Constatou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 1.947.385,66**, equivalendo a **99,90%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB pode ser demonstrada da seguinte forma:

**Quadro 16** – Apuração das Despesas com FUNDEB: 2014

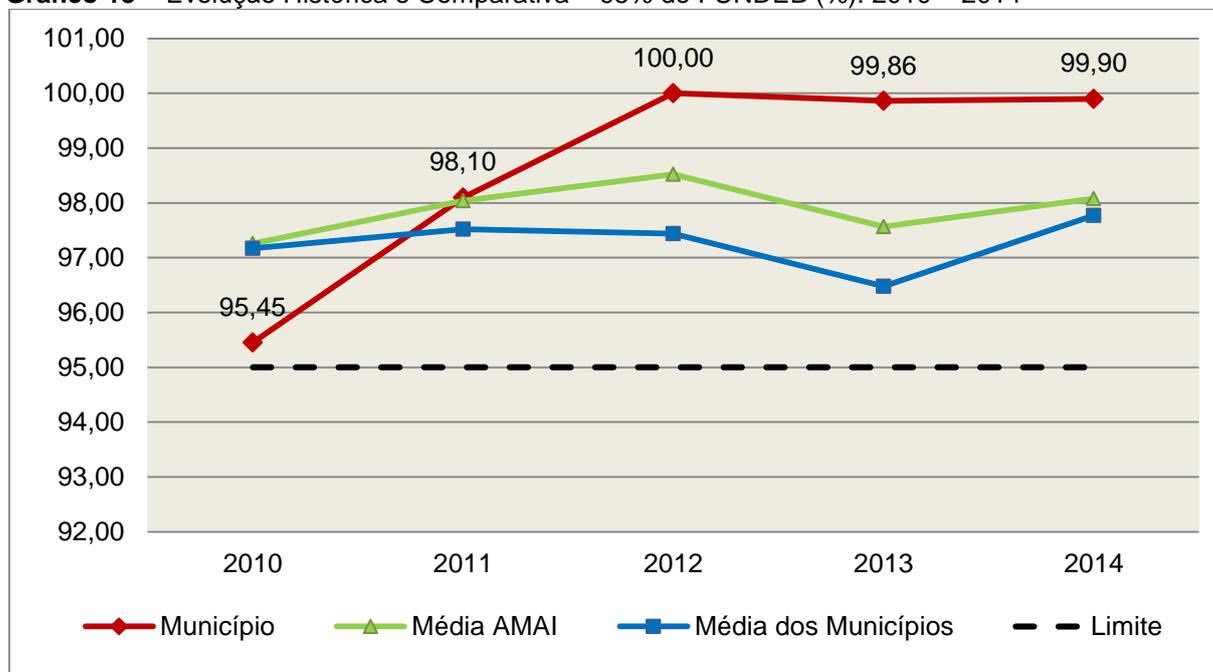
COMPONENTE	VALOR (R\$)
<b>Total dos Recursos Oriundos do FUNDEB</b>	<b>1.949.387,83</b>
95% dos Recursos do FUNDEB	1.851.918,44
Despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica aplicadas no exercício com recursos do FUNDEB *	1.947.385,66
<b>Valor Acima do Limite</b>	<b>95.467,22</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

Obs.: \* Apuração efetuada com base na execução financeira, vide Quadro no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB:

**Gráfico 15** – Evolução Histórica e Comparativa – 95% do FUNDEB (%): 2010 – 2014



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Com relação às despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica custeadas com recursos do FUNDEB, no exercício em análise, o Município de Ipuauçu ampliou sua aplicação, quando comparado ao exercício anterior.

**Limite 3:** utilização dos recursos do FUNDEB, no exercício seguinte ao do recebimento e mediante abertura de crédito adicional - artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

O Município utilizou, no 1º trimestre mediante a abertura de crédito adicional, integralmente o saldo anterior dos recursos do FUNDEB, no valor de **R\$ 4.889,64, CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

**Superávit financeiro do FUNDEB em 31/12/2014:** No tocante ao controle da utilização dos recursos do FUNDEB para o exercício seguinte apresenta-se o Quadro abaixo:

**Quadro 16A** – Controle da utilização de recursos para o exercício subsequente (art. 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007)

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2014	2.002,17
(-) Despesas inscritas em Restos a Pagar no exercício e em exercícios anteriores pendentes de pagamento e/ou despesas registradas em DDO no exercício, com disponibilidade dos recursos do FUNDEB	0,00
<b>(=) Recursos do FUNDEB que não foram utilizados</b>	<b>2.002,17</b>

**Fonte:** Dados do Sistema e-Sfinge e análise técnica.

### 5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)

#### 5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município

**Limite:** 60% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Município – art. 169 da Constituição Federal c/c o art. 19, III da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

**Quadro 17** – Apuração das Despesas com Pessoal do Município: 2014

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
<b>TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>17.657.154,75</b>	<b>100,00</b>
LIMITE DE 60% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	10.594.292,85	60,00
<b>Despesas com Pessoal do Poder Executivo</b>	<b>8.426.448,55</b>	<b>47,72</b>
Pessoal e Encargos	8.426.448,55	47,72
<b>Despesas com Pessoal do Poder Legislativo</b>	<b>627.868,96</b>	<b>3,56</b>
Pessoal e Encargos	627.868,96	3,56
<b>TOTAL DA DESPESA PARA EFEITO DE CÁLCULO DA DESPESA COM PESSOAL DO MUNICÍPIO</b>	<b>9.054.317,51</b>	<b>51,28</b>
Valor Abaixo do Limite (60%)	1.539.975,34	8,72

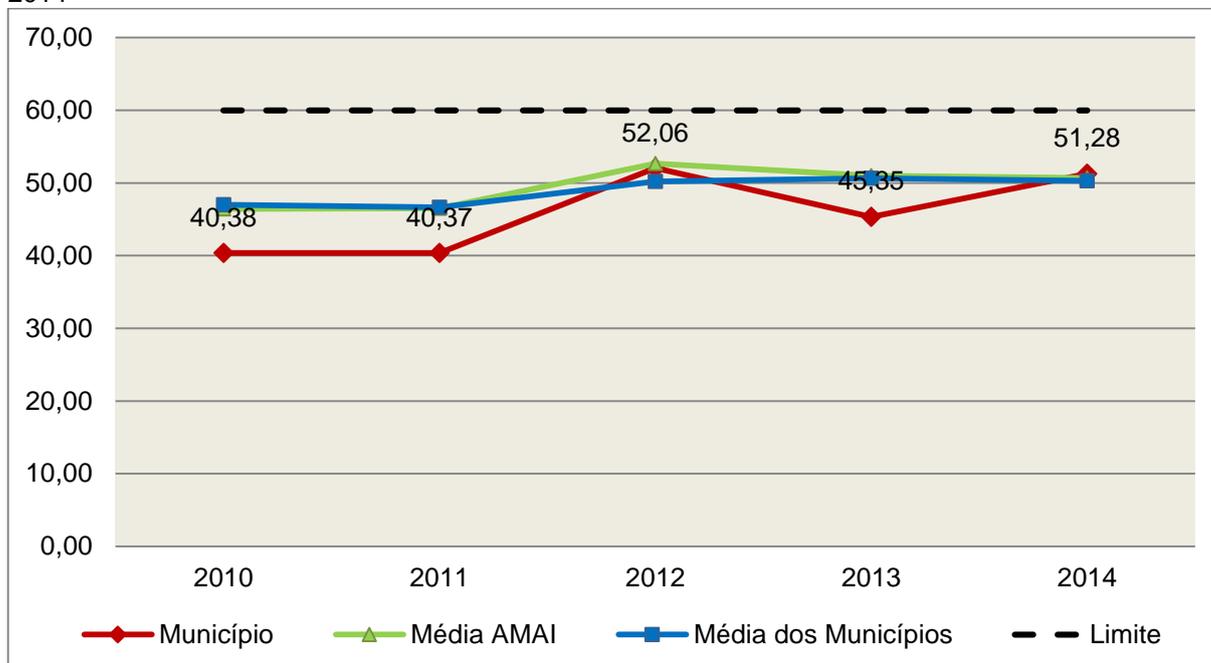
**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

\*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

No exercício em exame, o Município gastou **51,28%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** o limite contido no artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Município:

**Gráfico 16** – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Município: 2010 – 2014



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior mostra o crescimento dos gastos com pessoal do Município de Ipuauçu, quando comparado ao exercício anterior.

### 5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo

**Limite:** 54% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Executivo (Prefeitura, Fundos, Fundações, Autarquias e Empresas Estatais Dependentes) – Artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

**Quadro 18** – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Executivo: 2014

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
<b>TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>17.657.154,75</b>	<b>100,00</b>
LIMITE DE 54% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	9.534.863,57	54,00
Despesas com Pessoal do Poder Executivo	8.426.448,55	47,72
<b>Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo</b>	<b>8.426.448,55</b>	<b>47,72</b>
Valor Abaixo do Limite (54%)	1.108.415,02	6,28

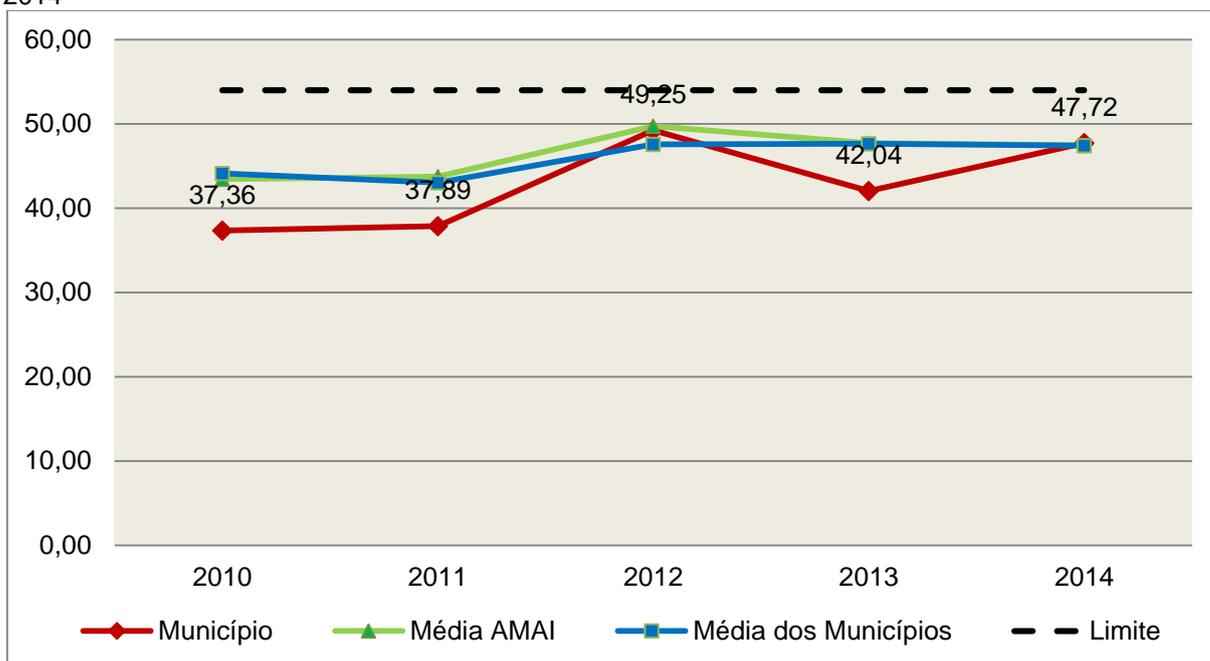
**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

\*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

O demonstrativo acima comprova que, no exercício em exame, o Poder Executivo gastou **47,72%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Executivo:

**Gráfico 17** – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Executivo: 2010 – 2014



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Da análise do gráfico, verifica-se que os gastos com pessoal do Poder Executivo aumentaram, quando comparado ao exercício anterior.

### 5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo

**Limite:** 6% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Legislativo (Câmara Municipal) – Artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

**Quadro 19** – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo: 2014

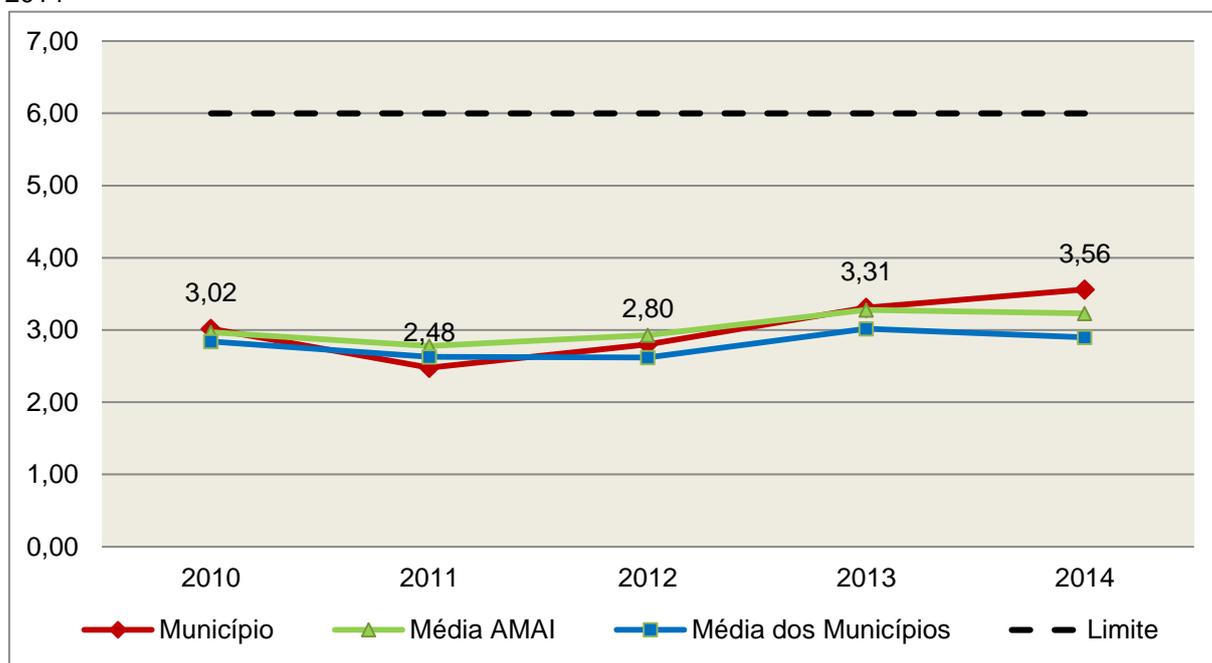
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
<b>TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>17.657.154,75</b>	<b>100,00</b>
LIMITE DE 6% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	1.059.429,29	6,00
Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	627.868,96	3,56
<b>Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo</b>	<b>627.868,96</b>	<b>3,56</b>
Valor Abaixo do Limite (6%)	431.560,33	2,44

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O Poder Legislativo gastou, no exercício em exame, **3,56%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Legislativo:

**Gráfico 18** – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Legislativo: 2010 – 2014



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O estudo evolutivo dos gastos com pessoal da Câmara expõe que houve um aumento do percentual quando comparado ao exercício anterior.

## 6. CONSELHOS MUNICIPAIS

Os Conselhos Municipais são considerados órgãos públicos que contribuem de forma significativa na execução de políticas públicas setoriais.

Podem ser de natureza obrigatória ou discricionária, ou seja, os de criação obrigatória são exigidos por leis federais, cujas funções são definidas como deliberativas, fiscalizadoras, assessoramento, supervisora e executiva; enquanto que os discricionários são decorrentes de legislação municipal.

O artigo 20, § 2º da Resolução n. TC – 16/94, alterado pelo artigo 1º da Resolução n. TC 077/2013, de 29 de abril de 2013 exige a remessa dos pareceres dos conselhos obrigatórios, juntamente com a prestação de contas anual, quais sejam:

a) Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, previsto no art. 24, da Lei Federal n.º 11.494, de 20 de junho de 2007.

b) Conselho Municipal de Saúde, previsto no art. 1º, caput e § 2º da Lei Federal n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990;

c) Conselho Municipal dos Direitos da Infância e do Adolescente, previsto no art. 88, inciso II da Lei Federal n.º 8.069, de 13 de junho de 1990;

d) Conselho Municipal de Assistência Social, previsto no art. 16, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993;

e) Conselho Municipal de Alimentação Escolar, previsto no art. 18 da Lei Federal n.º 11.947, de 16 de junho de 2009;

f) Conselho Municipal do Idoso, previsto no art. 6º da Lei Federal n.º 8.842, de 04 de janeiro de 1994.

### 6.1. Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACCS – FUNDEB)

O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb está previsto no artigo 24 da Lei Federal n.º 44.494, de 20 de junho de 2007.

Referido órgão tem a função de acompanhar a correta aplicação dos recursos do Fundeb e do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), bem como supervisionar o censo escolar anual.

O Conselho Municipal do Fundeb é autônomo, não é subordinado ao Poder Executivo e seus membros não são remunerados. No entanto, deverá ser criado por lei específica municipal, e sua composição deve obedecer ao que prescreve o art. 24, § 1º, IV e § 2º da Lei n.º 11.494/2007:

Art. 24. O acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos dos Fundos serão exercidos, junto aos respectivos governos, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por conselhos instituídos especificamente para esse fim.

§ 1º Os conselhos serão criados por legislação específica, editada no pertinente âmbito governamental, observados os seguintes critérios de composição:

[...]

IV - em âmbito municipal, por no mínimo 9 (nove) membros, sendo:

a) 2 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais pelo menos 1 (um) da Secretaria Municipal de Educação ou órgão educacional equivalente;

b) 1 (um) representante dos professores da educação básica pública;

c) 1 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas;

d) 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas;

e) 2 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública;

f) 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, um dos quais indicado pela entidade de estudantes secundaristas.

§ 2º Integrarão ainda os conselhos municipais dos Fundos, quando houver, 1 (um) representante do respectivo Conselho Municipal de Educação e 1 (um) representante do Conselho Tutelar a que se refere a [Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990](#), indicados por seus pares.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Ipuauçu**, constata-se que o Parecer do Conselho do FUNDEB indica que as respectivas contas foram aprovadas.

## 6.2. Conselho Municipal de Saúde (CMS)

O Conselho Municipal de Saúde – CMS está previsto no art. 1º, inciso II da Lei Federal n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

Trata-se de um órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na formação de estratégias e no controle da execução das políticas de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder executivo municipal<sup>5</sup>.

Compõe-se, conforme prescreve a terceira diretriz da Resolução n.º 453, de 10 de maio de 2012:

- a) 50% de entidades e movimentos representativos de usuários;
- b) 25% de entidades representativas dos trabalhadores da área de Saúde;
- c) 25% de representação de governo e prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos.

O Conselho Municipal de Saúde tem as competências elencadas pela quinta diretriz da Resolução n.º 453/2012:

Quinta Diretriz: aos Conselhos de Saúde Nacional, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, que têm competências definidas nas leis federais, bem como em indicações advindas das Conferências de Saúde, compete:

I - fortalecer a participação e o Controle Social no SUS, mobilizar e articular a sociedade de forma permanente na defesa dos princípios constitucionais que fundamentam o SUS;

II - elaborar o Regimento Interno do Conselho e outras normas de funcionamento;

---

<sup>5</sup> Viana, Luiz Cláudio. O papel dos conselhos municipais na gestão pública [monografia]; orientadora, Maria Eliana Cristina Bar. - Florianópolis, SC, 2011. p. 26

III - discutir, elaborar e aprovar propostas de operacionalização das diretrizes aprovadas pelas Conferências de Saúde;

IV - atuar na formulação e no controle da execução da política de saúde, incluindo os seus aspectos econômicos e financeiros, e propor estratégias para a sua aplicação aos setores público e privado;

V - definir diretrizes para elaboração dos planos de saúde e deliberar sobre o seu conteúdo, conforme as diversas situações epidemiológicas e a capacidade organizacional dos serviços;

VI - anualmente deliberar sobre a aprovação ou não do relatório de gestão;

VII - estabelecer estratégias e procedimentos de acompanhamento da gestão do SUS, articulando-se com os demais colegiados, a exemplo dos de seguridade social, meio ambiente, justiça, educação, trabalho, agricultura, idosos, criança e adolescente e outros;

VIII - proceder à revisão periódica dos planos de saúde;

IX - deliberar sobre os programas de saúde e aprovar projetos a serem encaminhados ao Poder Legislativo, propor a adoção de critérios definidores de qualidade e resolutividade, atualizando-os face ao processo de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos na área da Saúde;

X - avaliar, explicitando os critérios utilizados, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde do SUS;

XI - avaliar e deliberar sobre contratos, consórcios e convênios, conforme as diretrizes dos Planos de Saúde Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais;

XII - acompanhar e controlar a atuação do setor privado credenciado mediante contrato ou convênio na área de saúde;

XIII - aprovar a proposta orçamentária anual da saúde, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, observado o princípio do processo de planejamento e orçamento ascendentes, conforme legislação vigente;

XIV - propor critérios para programação e execução financeira e orçamentária dos Fundos de Saúde e acompanhar a movimentação e destino dos recursos;

XV - fiscalizar e controlar gastos e deliberar sobre critérios de movimentação de recursos da Saúde, incluindo o Fundo de Saúde e os recursos transferidos e próprios do

Município, Estado, Distrito Federal e da União, com base no que a lei disciplina;

XVI - analisar, discutir e aprovar o relatório de gestão, com a prestação de contas e informações financeiras, repassadas em tempo hábil aos conselheiros, e garantia do devido assessoramento;

XVII - fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e dos serviços de saúde e encaminhar denúncias aos respectivos órgãos de controle interno e externo, conforme legislação vigente;

XVIII - examinar propostas e denúncias de indícios de irregularidades, responder no seu âmbito a consultas sobre assuntos pertinentes às ações e aos serviços de saúde, bem como apreciar recursos a respeito de deliberações do Conselho nas suas respectivas instâncias;

XIX - estabelecer a periodicidade de convocação e organizar as Conferências de Saúde, propor sua convocação ordinária ou extraordinária e estruturar a comissão organizadora, submeter o respectivo regimento e programa ao Pleno do Conselho de Saúde correspondente, convocar a sociedade para a participação nas pré-conferências e conferências de saúde;

XX - estimular articulação e intercâmbio entre os Conselhos de Saúde, entidades, movimentos populares, instituições públicas e privadas para a promoção da Saúde;

XXI - estimular, apoiar e promover estudos e pesquisas sobre assuntos e temas na área de saúde pertinente ao desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (SUS);

XXII - acompanhar o processo de desenvolvimento e incorporação científica e tecnológica, observados os padrões éticos compatíveis com o desenvolvimento sociocultural do País;

XXIII - estabelecer ações de informação, educação e comunicação em saúde, divulgar as funções e competências do Conselho de Saúde, seus trabalhos e decisões nos meios de comunicação, incluindo informações sobre as agendas, datas e local das reuniões e dos eventos;

XXIV - deliberar, elaborar, apoiar e promover a educação permanente para o controle social, de acordo com as Diretrizes e a Política Nacional de Educação Permanente para o Controle Social do SUS;

XXV - incrementar e aperfeiçoar o relacionamento sistemático com os poderes constituídos, Ministério Público, Judiciário e Legislativo, meios de comunicação,

bem como setores relevantes não representados nos conselhos;

XXVI - acompanhar a aplicação das normas sobre ética em pesquisas aprovadas pelo CNS;

XXVII - deliberar, encaminhar e avaliar a Política de Gestão do Trabalho e Educação para a Saúde no SUS;

XXVIII - acompanhar a implementação das propostas constantes do relatório das plenárias dos Conselhos de Saúde; e

XXIX - atualizar periodicamente as informações sobre o Conselho de Saúde no Sistema de Acompanhamento dos Conselhos de Saúde (SIACS).

Salienta-se que os membros do Conselho não são remunerados e suas funções são consideradas de relevância pública.

Conforme consta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Ipuacu**, a análise do Parecer do Conselho Municipal de Saúde indica que as contas foram aprovadas.

### **6.3. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**

A Constituição Federal trata do dever da família, da sociedade e do Estado, em caráter prioritário, em assegurar à criança e ao adolescente uma série de direitos, conforme pode ser constatado em seu artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nessa linha foi promulgada a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e trata sobre a proteção integral desses.

A referida Lei prevê em seu artigo 88, incisos II e IV, a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a manutenção de fundo especial, respectivamente. Esse fundo, no caso dos Municípios, deve ser criado por lei municipal, obedecendo ao disposto no artigo 167, IX da Constituição Federal e artigo 74 da Lei nº 4.320/64.

O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente é órgão deliberativo e controlador das ações relacionadas à política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Ipuaçu**, constata-se que as contas foram aprovadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

### 6.3.1 Do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA

A receita do referido Fundo deve ser vinculada aos seus objetivos e sua finalidade, sendo que a forma de aplicação dos recursos é determinada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Isto é operacionalizado através da aprovação de seu Plano de Aplicação feita anualmente, em consonância com o Plano de Ação elaborado anteriormente também pelo referido Conselho, de acordo com o artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005, conforme segue:

Lei nº 8.069/90

Art. 260. [...]

§ 2º Os Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente fixarão critérios de utilização, através de planos de aplicação das doações subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente, órfãos ou abandonado, na forma do disposto no **art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal**.

Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005:

Art.1º - Ficam estabelecidos os Parâmetros para a Criação e Funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente em todo o território nacional, nos termos do art.88, inciso II, do Estatuto da Criança e do Adolescente, e artigos. 227, §7º da Constituição Federal, como órgãos deliberativos da política de promoção dos direitos da criança e do adolescente, controladores das ações em todos os níveis no sentido da implementação desta mesma política e responsáveis por fixar critérios de utilização através de planos de aplicação do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, incumbindo-lhes ainda zelar pelo efetivo respeito ao princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, nos moldes do previsto no art.4º, caput e parágrafo único, alíneas “b”, “c” e “d” combinado com os artigos 87, 88 e 259, parágrafo único, todos da Lei nº 8.069/90 e art. 227, caput, da Constituição Federal. (grifo nosso)

No caso do Município de Ipuauçu, constata-se que a despesa do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (R\$ 27.747,37) representa 0,16% da despesa total realizada pela Prefeitura Municipal (R\$ 17.218.685,92).

Além disso, conforme documentação acostada ao processo às fls. 96 a 137, verifica-se que:

1) A nominata dos Conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente está acostada aos autos, às fls. 128 a 131. Entretanto, não foram encaminhados os atos de posse;

2) Não houve a remessa do Plano de Ação referente ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, caracterizando a ausência de elaboração do mesmo, em desacordo ao disposto o artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005;

3) Não houve a remessa do Plano de Aplicação dos recursos do FIA, caracterizando a ausência de elaboração do mesmo, contrariando o disposto no artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005;

4) A manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar representa 39,26% (fls. 161 a 163) da despesa total do Fundo Municipal da Infância e Adolescência, sendo que a mesma está sendo financiada com recursos do referido Fundo, em desacordo ao artigo 16 da Resolução CONANDA nº 137, de 21 de janeiro de 2010.

Art. 16 Deve ser vedada à utilização dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente para despesas que não se identifiquem diretamente com a realização de seus objetivos ou serviços determinados pela lei que o instituiu, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública previstas em lei. Esses casos excepcionais devem ser aprovados pelo plenário do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo Único. Além das condições estabelecidas no caput, deve ser vedada ainda a utilização dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente para:

[...]

II - pagamento, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar;

5) A remuneração dos Conselheiros Tutelares foi paga com recursos da Fundo Municipal de Assistência Social, conforme fls. 132.

## 6.4. Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)

O Conselho Municipal de Assistência Social está previsto no art. 16, inciso IV da Lei Federal n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

Citado órgão tem a competência de acompanhar a execução da política de assistência social, e seus membros não são remunerados. No entanto, conforme parágrafo único do art. 16 da Lei n.º 8.742/93 as despesas referentes a passagens e diárias de conselheiros representantes do governo ou da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições devem ser custeadas pelo órgão gestor da Assistência Social.

Conforme consta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Ipuauçu**, a análise do Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social indica que as contas foram aprovadas.

## 6.5. Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE)

O Conselho Municipal de Alimentação Escolar está previsto no artigo 18 da Lei Federal n.º 11.947, de 16 de junho de 2009:

Art. 18. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de suas respectivas jurisdições administrativas, Conselhos de Alimentação Escolar - CAE, órgãos colegiados de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento, compostos da seguinte forma:

I - 1 (um) representante indicado pelo Poder Executivo do respectivo ente federado;

II - 2 (dois) representantes das entidades de trabalhadores da educação e de discentes, indicados pelo respectivo órgão de representação, a serem escolhidos por meio de assembleia específica;

III - 2 (dois) representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares, escolhidos por meio de assembleia específica;

IV - 2 (dois) representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembleia específica.

§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão, a seu critério, ampliar a composição dos

membros do CAE, desde que obedecida a proporcionalidade definida nos incisos deste artigo.

§ 2º Cada membro titular do CAE terá 1 (um) suplente do mesmo segmento representado.

§ 3º Os membros terão mandato de 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos.

§ 4º A presidência e a vice-presidência do CAE somente poderão ser exercidas pelos representantes indicados nos incisos II, III e IV deste artigo.

§ 5º O exercício do mandato de conselheiros do CAE é considerado serviço público relevante, não remunerado.

§ 6º Caberá aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios informar ao FNDE a composição do seu respectivo CAE, na forma estabelecida pelo Conselho Deliberativo do FNDE.

A sua atuação está prevista no artigo 19 da citada lei:

Art. 19. Compete ao CAE:

I - acompanhar e fiscalizar o cumprimento das diretrizes estabelecidas na forma do art. 2º desta Lei;

II - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar;

III - zelar pela qualidade dos alimentos, em especial quanto às condições higiênicas, bem como a aceitabilidade dos cardápios oferecidos;

IV - receber o relatório anual de gestão do PNAE e emitir parecer conclusivo a respeito, aprovando ou reprovando a execução do Programa.

Parágrafo único. Os CAEs poderão desenvolver suas atribuições em regime de cooperação com os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional estaduais e municipais e demais conselhos afins, e deverão observar as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA.

Conforme consta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Ipuaçu**, a análise do Parecer do Conselho Municipal de Alimentação Escolar indica que as contas foram aprovadas.

## 6.6. Conselho Municipal do Idoso (ou da Pessoa Idosa ou dos Direitos da Pessoa Idosa)

O Conselho Municipal do Idoso está previsto no artigo 6º da Lei Federal n.º 8.842, de 04 de janeiro de 1994.

Suas competências estão previstas no artigo 7º da mesma lei, na redação dada pela Lei n.º 10.741/2003:

Art. 7º Os Conselhos Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais do Idoso, previstos na [Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994](#), zelarão pelo cumprimento dos direitos do idoso, definidos nesta Lei.

Conforme consta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Ipuaçu**, a análise do Parecer do Conselho Municipal do Idoso indica que as contas foram aprovadas.

## 7. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL Nº 7.185/2010

A transparência da gestão fiscal, entendida como a produção e divulgação sistemática de informações, é um dos pilares em que se assenta a Lei Complementar nº 101/2000.

Para assegurar essa transparência a Lei Complementar nº 131/2009 acrescentou dispositivos a referida Lei a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, referentes à receita e à despesa, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como definiu prazos para a implantação.

O artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, assim determina:

Art. 48. [...]

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante:

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;

II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público;

III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A.

Os conteúdos das informações sobre a execução orçamentária e financeira, liberados em meios eletrônicos de acesso público, são definidos no artigo 48-A, I e II, da Lei Complementar nº 101/2000 incluído pela Lei Complementar nº 131/2009, a saber:

Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a:

I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;

II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

Quanto aos prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos referidos artigos a Lei Complementar nº 131/2009 estabeleceu:

Art. 73-B. Ficam estabelecidos os seguintes prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos incisos II e III do parágrafo único do art. 48 e do art. 48-A:

I – 1 (um) ano para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com mais de 100.000 (cem mil) habitantes;

II – 2 (dois) anos para os Municípios que tenham entre 50.000 (cinquenta mil) e 100.000 (cem mil) habitantes;

III – 4 (quatro) anos para os Municípios que tenham até 50.000 (cinquenta mil) habitantes.

Parágrafo único. Os prazos estabelecidos neste artigo serão contados a partir da data de publicação da lei complementar que introduziu os dispositivos referidos no caput deste artigo.”

O sistema integrado de administração financeira e controle – SISTEMA mencionado no inciso III do parágrafo único do artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, foi regulamentado por meio do Decreto Federal nº 7.185/2010, que em seu artigo 1º assim determina:

Art. 1º A transparência da gestão fiscal dos entes da Federação referidos no art. 1º, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, será assegurada mediante a observância do disposto no art. 48, parágrafo único, da referida Lei e das normas estabelecidas neste Decreto.

Dessa forma, o referido Decreto também estabeleceu requisitos com padrão mínimo de qualidade necessário para assegurar a transparência da gestão fiscal, onde se extraiu os seguintes:

Art. 2º O sistema integrado de administração financeira e controle utilizado no âmbito de cada ente da Federação, doravante denominado SISTEMA, deverá permitir a liberação em tempo real das informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira das

unidades gestoras, referentes à receita e à despesa, com a abertura mínima estabelecida neste Decreto, bem como o registro contábil tempestivo dos atos e fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade.

§ 1º Integrarão o SISTEMA todas as entidades da administração direta, as autarquias, as fundações, os fundos e as empresas estatais dependentes, sem prejuízo da autonomia do ordenador de despesa para a gestão dos créditos e recursos autorizados na forma da legislação vigente e em conformidade com os limites de empenho e o cronograma de desembolso estabelecido.

§ 2º Para fins deste Decreto, entende-se por:

I – [...]

II - liberação em tempo real: a disponibilização das informações, em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil no respectivo SISTEMA, sem prejuízo do desempenho e da preservação das rotinas de segurança operacionais necessários ao seu pleno funcionamento;

III - meio eletrônico que possibilite amplo acesso público: a Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso; e

IV - [...]

Art. 4º Sem prejuízo da exigência de características adicionais no âmbito de cada ente da Federação, consistem requisitos tecnológicos do padrão mínimo de qualidade do SISTEMA:

I - [...]

II - permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados; e

III - [...]

Art. 7º Sem prejuízo dos direitos e garantias individuais constitucionalmente estabelecidos, o SISTEMA deverá gerar, para disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, pelo menos, as seguintes informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução orçamentária e financeira:

I - quanto à despesa:

a) o valor do empenho, liquidação e pagamento;

b) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso;

c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto;

d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários;

e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo; e

f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso;

II - quanto à receita, os valores de todas as receitas da unidade gestora, compreendendo no mínimo sua natureza, relativas a:

a) previsão;

b) lançamento, quando for o caso; e

c) arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários.

A análise, por amostragem, do cumprimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar nº 131/2009, em conjunto com o Decreto Federal nº 7.185/2010, pelo Município de **Ipuacu**, no tocante aos dados relativos do exercício em exame é demonstrada no Quadro a seguir:

**Quadro 20** – Cumprimento da Lei Complementar nº 131/2009 e do Decreto Federal nº 7.185/2010

<b>I – QUANTO À FORMA</b>	
Disponibilização de informações de todas as unidades municipais (art. 2º, § 1º, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	<b>CUMPRIU</b>
Disponibilização até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil municipal (art. 2º, § 2º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	<b>CUMPRIU</b>
Disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público na Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso (art. 2º, § 2º, III, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	<b>CUMPRIU</b>
Permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados (art. 4º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	<b>CUMPRIU</b>

<b>I – QUANTO AO CONTEÚDO</b>	
<b>DESPESA</b>	
(art. 48-A, I, da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 7º, I, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	
a) o valor do empenho, liquidação e pagamento	<b>CUMPRIU</b>
b) o número do empenho	<b>CUMPRIU</b>
c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto	<b>CUMPRIU</b>
d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários	<b>CUMPRIU</b>
e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo	<b>CUMPRIU</b>
f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso	<b>CUMPRIU</b>

RECEITA	
(art. 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 7º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	
a) previsão	<b>CUMPRIU</b>
b) lançamento	<b>DESCUMPRIU</b>
c) arrecadação	<b>CUMPRIU</b>

**Fonte:** Site da Prefeitura Municipal – Portal da Transparência – Data de acesso:  
26/11/2014 (fls. 155).

Obs. Vide restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal deste Relatório.

## 8. RESTRIÇÕES APURADAS

### 8.1 RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL

8.1.1 Déficit de execução orçamentária do Município (Consolidado) da ordem de **R\$ 1.690.730,22**, representando **8,29%** da receita arrecadada do Município no exercício em exame, em desacordo ao artigo 48, “b” da Lei nº 4.320/64 e artigo 1º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), parcialmente absorvido pelo superávit financeiro do exercício anterior - **R\$ 726.845,30**, registrando-se a inscrição de Restos a Pagar relativos a despesas de convênios no valor de R\$ 1.545.668,54 (FR 22 - R\$ 676.752,68 e FR 83 - R\$ 868.915,86), sendo que os recursos no valor de R\$ 835.601,45 (FR 22 - R\$ 127.481,81 e FR 83 - R\$ 708.119,64) ingressaram no exercício de 2015 (itens 3.1 e 1.2.1.1).

8.1.2 Déficit financeiro do Município (Consolidado) da ordem de **R\$ 960.834,76**, resultante do déficit orçamentário ocorrido no exercício em exame, correspondendo a **4,71%** da Receita Arrecadada do Município no exercício em exame (**R\$ 20.400.974,69**), em desacordo ao artigo 48, “b” da Lei nº 4.320/64 e artigo 1º da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, registrando-se a inscrição de Restos a Pagar relativos a despesas de convênios no valor de R\$ 1.545.668,54 (FR 22 - R\$ 676.752,68 e FR 83 - R\$ 868.915,86), sendo que os recursos no valor de R\$ 835.601,45 (FR 22 - R\$ 127.481,81 e FR 83 - R\$ 708.119,64) ingressaram no exercício de 2015

(itens 4.2 e 1.2.1.2).

- 8.1.3 Divergência, no valor de **R\$ 34.789,41**, entre o saldo apresentado na Demonstração da Dívida Flutuante – Anexo 17 (R\$ 2.216.419,57) e o saldo do Passivo Financeiro constante do Balanço Patrimonial – Anexo 14 da Lei nº 4.320/64 (R\$ 2.251.208,98), caracterizando afronta aos artigos 85 e 105 da referida Lei. Registra-se que a divergência é decorrente do saldo anterior do Anexo 17 (Quadro 10 fls. 81 e 88 e item 1.2.1.3).
- 8.1.4 Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal com os requisitos mínimos necessários, em descumprimento ao estabelecido no artigo 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000 alterada pela Lei Complementar nº 131/2009 c/c o artigo 7º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010 (Capítulo 7 e item 1.2.1.4).
- 8.1.5 Contabilização indevida de Receitas de Capital como Receitas Correntes, no valor de **R\$ 2.200,00**, resultando num aumento aparente da Receita Corrente Líquida e conseqüentemente redução no percentual dos gastos de pessoal do período, evidenciando inconsistência dos registros contábeis e ausência de transparência na gestão pública, em desacordo aos artigos 1º, § 1º e 2º, IV da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF e artigos 11 e 85 da Lei federal nº 4.320/64 (fls. 157 a 159 dos autos, e itens 3.3 e 1.2.1.5).

## 9. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2014

### Quadro 21 – Síntese

<b>1) Balanço Anual Consolidado</b>	Embora, as demonstrações apresentem inconsistências de natureza contábil, essas <b>não afetam de forma significativa</b> a posição financeira, orçamentária e patrimonial do exercício em análise.	
<b>2) Resultado Orçamentário</b>	<b>Déficit parcialmente absorvido pelo superávit financeiro do exercício anterior</b> A Unidade empenhou despesas com recursos de convênio no valor de <b>R\$ 1.545.668,54</b> , cujos recursos no valor de <b>R\$ 835.601,45</b> ingressaram em 2015	R\$ 1.690.730,22
<b>3) Resultado Financeiro</b>	<b>Déficit</b> A Unidade empenhou despesas com recursos de convênio no valor de <b>R\$ 1.545.668,54</b> , cujos recursos no valor de <b>R\$ 835.601,45</b> ingressaram em 2015	R\$ 960.834,76
<b>4) LIMITES</b>	<b>PARÂMETRO MÍNIMO</b>	<b>REALIZADO</b>
<b>4.1) Saúde</b>	15,00%	18,56%
<b>4.2) Ensino</b>	25,00%	31,38%
<b>4.3) FUNDEB</b>	60,00%	93,98%
	95,00%	99,90%
<b>4.4) Despesas com pessoal</b>	<b>PARÂMETRO MÁXIMO</b>	<b>REALIZADO</b>
<b>a) Município</b>	60,00%	51,28%
<b>b) Poder Executivo</b>	54,00%	47,72%
<b>c) Poder Legislativo</b>	6,00%	3,56%
<b>4.5) L.C. N° 131/2009 E DEC. N° 7.185/2010</b>	<b>DESCUMPRIU</b>	

## CONCLUSÃO

Considerando que a apreciação das contas tomou por base os dados e informações exigidos pela legislação aplicável, de veracidade ideológica apenas presumida, podendo o Tribunal de Contas - a qualquer época e desde que venha a ter ciência de ato ou fato que a desabone - reapreciar, reformular seu entendimento e emitir novo pronunciamento a respeito;

Considerando que a análise foi efetuada conforme técnicas apropriadas de auditoria, que preveem inclusive a realização de inspeção *in loco* e a utilização de amostragem, conforme o caso;

Considerando que o julgamento das contas de governo do Prefeito Municipal, pela Colenda Câmara de Vereadores, não envolve exame da responsabilidade de administradores municipais, inclusive do Prefeito, quanto a atos de competência do exercício em causa, que devem ser objeto de exame em processos específicos;

Considerando o exposto e mais o que dos autos consta, para efeito de emissão de PARECER PRÉVIO a que se refere o art. 50 da Lei Complementar nº 202/2000, referente às contas do **exercício de 2014 do Município de Ipuauçu**.

Diante das **Restrições de Ordem Legal** apurada no item **8.1**, deste Relatório, à vista da Reinstrução procedida, entende esta Diretoria que possa o Tribunal de Contas, além da emissão do parecer prévio, decidir por:

I - **RECOMENDAR** à Câmara de Vereadores anotação e verificação de acatamento, pelo Poder Executivo, das observações constantes do presente Relatório;

II - **RECOMENDAR** ao Responsável pelo Poder Executivo a adoção de providências imediatas quanto às irregularidades mencionadas no Capítulo 6 – Do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - **DETERMINAR** ao Responsável pelo Poder Executivo a adoção de providências imediatas quanto à irregularidade apontada no Capítulo 7 - Do Cumprimento da Lei Complementar nº 131/2009 e do Decreto Federal nº 7.185/2010;

IV - **SOLICITAR** à Câmara de Vereadores seja o Tribunal de Contas comunicado do resultado do julgamento das Contas Anuais em questão, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar nº 202/2000, inclusive com a remessa do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

É o Relatório,

DMU/Divisão 1, em 11/11/2015.

ALEXANDRE FONSECA OLIVEIRA  
**Auditor Fiscal de Controle Externo**

De Acordo

Em 11/11/2015.

SALETE OLIVEIRA  
**Coordenadora de Controle**  
**Coordenadoria de Controle de**  
**Contas de Prefeito**

Encaminhem-se os autos ao MPJTC para a necessária manifestação.

Kliwer Schmitt  
**Diretor**  
**Diretoria de Controle dos Municípios**

## ANEXO

### Deduções das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas às Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.310.353,80
<b>Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde do Município</b>	<b>1.310.353,80</b>

### Deduções das Despesas com Educação Básica

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil	403.656,80
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinados ao Ensino Fundamental	1.396.633,17
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	26.106,86
<b>Total das deduções das despesas com Educação Básica</b>	<b>1.826.396,83</b>

### Apuração Financeira da aplicação dos recursos oriundos do FUNDEB

Descrição	R\$
Transferências do FUNDEB	1.944.414,05
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB	4.973,78
(-) Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2014	2.002,17
(+) Despesas inscritas em Restos a Pagar no exercício e/ou despesas registradas em DDO no exercício, com disponibilidade dos recursos do FUNDEB	0,00
<b>(=) Total de utilização dos recursos do FUNDEB no exercício de 2014</b>	<b>1.947.385,66</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado, dados do Sistema e-Sfinge e análise técnica.

## APÊNDICE

### Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Saúde:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
23 - Transferências de Convênios: Saúde	2014	301	172.458,55	172.458,55	156.458,55
64 - Atenção Básica	2014	301	1.011.632,10	1.011.632,10	946.710,07
65 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	2014	302	20.243,47	20.243,47	20.243,47
66 - Vigilância em Saúde	2014	304	10.906,49	10.906,49	10.906,49
66 - Vigilância em Saúde	2014	305	25.654,65	25.654,65	25.654,65
67 - Assistência Farmacêutica Básica	2014	301	69.458,54	69.458,54	69.458,54
<b>TOTAL</b>			<b>1.310.353,80</b>	<b>1.310.353,80</b>	<b>1.229.431,77</b>

### Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
22 - Transferências de Convênios: Educação	2014	365	390.918,54	0,00	0,00
61 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	2014	365	12.738,26	12.738,26	12.738,26
<b>TOTAIS</b>			<b>403.656,80</b>	<b>12.738,26</b>	<b>12.738,26</b>

### Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas ao Ensino Fundamental:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
22 - Transferências de Convênios: Educação	2014	361	1.081.135,06	404.382,38	404.382,38
58 - Salário Educação	2014	361	230.815,14	230.815,14	213.815,14
59 - Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	2014	361	2.400,00	2.400,00	2.400,00
61 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	2014	361	82.282,97	82.282,97	69.524,89
<b>TOTAL</b>			<b>1.396.633,17</b>	<b>719.880,49</b>	<b>690.122,41</b>

### Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Ipuaçú	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	868	01/04/2014	BIASI & GASPERINI COMERCIO DE DOCES LTDA ME	3.744,90	3.744,90	3.744,90	PROVENIENTE AQUISIÇÃO DE CHOCOLATE (OVOS) PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA A ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, EM COMEMORAÇÃO DA PASCOA.. (Compra Direta Nº 503/2014)
Prefeitura Municipal de Ipuaçú	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1084	05/05/2014	ADORILDE MEZZALIRA BEVILAQUA	300,00	300,00	300,00	PROVENIENTE A SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO EM EVENTO REFERENTE AO DIA DAS MAES PROMOVIDO PELA SEC. DE EDUCAÇÃO DESTE MUNICÍPIO. (Compra Direta Nº 624/2014)
Prefeitura Municipal de Ipuaçú	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1611	14/07/2014	MARCIO LUIZ BRUM	1.950,00	1.950,00	1.950,00	PROVENIENTE AO PAGAMENTO REFERENTE A SERVIÇOS DE INSTRUTOR DA BANDA MUNICIPAL. CFE CONTRATO Nº 009/2014 (Compra Direta Nº 911/2014)
Prefeitura Municipal de Ipuaçú	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1706	25/07/2014	IZABEL ALICE CARBONARI - ME	1.640,75	1.640,75	1.640,75	PROVENIENTE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. (Licitação Nº : 2/2014-PR)
Prefeitura Municipal de Ipuaçú	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1784	11/08/2014	ANGELO CAPELETTO	4.142,61	4.142,61	4.142,61	PROVENIENTE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. (Licitação Nº : 2/2014-PR)
Prefeitura Municipal de Ipuaçú	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1818	18/08/2014	ADORILDE MEZZALIRA BEVILAQUA	450,00	450,00	450,00	PROVENIENTE A SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO EM EVENTOS CIVICO DE ASTEAMENTO E ARRIAMENTO DE BANDEIRA EM SOLENIDADES ALUSIVAS NA SEMANA DA PATRIA DE 01/09 A 06/09/2014. CFE CRONOGRAMA EM ANEXO. (Compra Direta Nº 1036/2014)
Prefeitura Municipal de Ipuaçú	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1856	25/08/2014	DALLA CORTE & BORTOLINI LTDA	5.785,72	5.785,72	5.785,72	PROVENIENTE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. (Licitação Nº : 2/2014-PR)
Prefeitura Municipal de Ipuaçú	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1881	25/08/2014	LEONILDE MACETTI RIBAS - ME	1.678,01	1.678,01	1.678,01	PROVENIENTE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. (Licitação Nº : 2/2014-PR)
Prefeitura Municipal de Ipuaçú	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1889	25/08/2014	WAGNER MARTINS DE MELLO - ME	1.200,00	1.200,00	1.200,00	PROVENIENTE A SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO DURANTE DESFILE CIVICO NO DIA 7 DE SETEMBRO DE 2014 PROMOVIDO PELA SEC. DE EDUCAÇÃO DESTE MUNICÍPIO. (Compra Direta Nº 1057/2014)
Prefeitura Municipal de Ipuaçú	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1904	27/08/2014	RUDISON JANSEN MULLER - ME	466,00	466,00	466,00	PROVENIENTE A SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE BANNER E FAIXAS PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DESTE MUNICÍPIO PARA O

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Ipuauçu	de Impostos: Educação								DESFILE CIVICO DE 07 DE SETEMBRO. (Compra Direta Nº 1069/2014)
Prefeitura Municipal de Ipuauçu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1911	28/08/2014	IZABEL ALICE CARBONARI - ME	1.487,50	1.487,50	1.487,50	PROVENIENTE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. (Licitação Nº : 2/2014-PR)
Prefeitura Municipal de Ipuauçu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1986	08/09/2014	ANGELO CAPELETTO	3.261,37	3.261,37	3.261,37	PROVENIENTE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. (Licitação Nº : 2/2014-PR)
<b>TOTAL</b>						<b>26.106,86</b>	<b>26.106,86</b>	<b>26.106,86</b>	

### Cálculo Apurado do Resultado Financeiro por Fonte de Recursos

FR	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA				OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (B)			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A - B)	Superávit / Déficit
	VALOR REGISTRADO	AJUSTES		VALOR AJUSTADO (A)	Depósitos e Outras Obrigações	Restos a Pagar Processados	Restos a Pagar Não Processados		
		Aumenta	Diminui						
<b>RECURSOS VINCULADOS</b>									
0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Superávit
16	920,66	0,00	0,00	920,66	0,00	0,00	0,00	920,66	Superávit
18	2.002,17	0,00	0,00	2.002,17	0,00	0,00	0,00	2.002,17	Superávit
19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Superávit
22	458.576,36	0,00	0,00	458.576,36	0,00	0,00	1.071.166,82	-612.590,46	Déficit
23	20.208,77	0,00	0,00	20.208,77	0,00	31.247,20	0,00	-11.038,43	Déficit
24	66.381,00	0,00	0,00	66.381,00	0,00	578,91	20.241,69	45.560,40	Superávit
44	5.207,13	0,00	0,00	5.207,13	0,00	0,00	0,00	5.207,13	Superávit
47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Superávit
48	1.498,90	0,00	0,00	1.498,90	0,00	0,00	0,00	1.498,90	Superávit
50	3,40	0,00	0,00	3,40	0,00	0,00	0,00	3,40	Superávit
52	962,64	0,00	0,00	962,64	0,00	0,00	0,00	962,64	Superávit
54	13.451,89	0,00	0,00	13.451,89	0,00	0,00	0,00	13.451,89	Superávit
55	3.319,64	0,00	0,00	3.319,64	0,00	175,00	0,00	3.144,64	Superávit
56	7.561,95	0,00	0,00	7.561,95	0,00	0,00	0,00	7.561,95	Superávit
58	17.509,15	0,00	0,00	17.509,15	0,00	17.000,00	0,00	509,15	Superávit
59	211,77	0,00	0,00	211,77	0,00	0,00	0,00	211,77	Superávit
60	4.605,25	0,00	0,00	4.605,25	0,00	4.597,09	0,00	8,16	Superávit

FR	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA			OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (B)			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A - B)	Superávit / Déficit	
	VALOR REGISTRADO	AJUSTES		VALOR AJUSTADO (A)	Depósitos e Outras Obrigações	Restos a Pagar Processados			Restos a Pagar Não Processados
		Aumenta	Diminui						
61	13.224,74	0,00	0,00	13.224,74	0,00	12.758,08	0,00	466,66	Superávit
63	42,49	0,00	0,00	42,49	0,00	0,00	0,00	42,49	Superávit
64	107.941,22	0,00	0,00	107.941,22	0,00	49.674,83	0,00	58.266,39	Superávit
65	2.172,13	0,00	0,00	2.172,13	0,00	0,00	0,00	2.172,13	Superávit
66	25.927,71	0,00	0,00	25.927,71	0,00	0,00	0,00	25.927,71	Superávit
67	3.849,68	0,00	0,00	3.849,68	0,00	0,00	0,00	3.849,68	Superávit
70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Superávit
83	79,84	0,00	0,00	79,84	0,00	0,00	868.915,86	-868.836,02	Déficit
88	8.364,92	0,00	0,00	8.364,92	0,00	0,00	0,00	8.364,92	Superávit
89	2.471,29	0,00	0,00	2.471,29	0,00	0,00	0,00	2.471,29	Superávit
<b>SOMATÓRIO DAS FONTES DE RECURSOS COM INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA</b>							<b>-1.492.464,91</b>		
<b>RECURSOS ORDINÁRIOS</b>									
0	515.887,07	0,00	0,00	515.887,07	0,00	58.530,50	96.411,00	360.945,57	
1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00	0,00	-13.000,00	
2	7.992,45	0,00	0,00	7.992,45	0,00	6.912,00	0,00	1.080,45	
<b>T.</b>	<b>523.879,52</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>523.879,52</b>	<b>0,00</b>	<b>78.442,50</b>	<b>96.411,00</b>	<b>349.026,02</b>	<b>Superávit</b>